



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
INSPECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

RELATÓRIO
DE
AUDITORIA
PEDAGÓGICA

EBI DE RABO DE PEIXE

2006

ÍNDICE

CAPÍTULO I

Introdução	3
Objectivos	4
Metodologia	5

CAPÍTULO II

1 - Caracterização da escola	8
Identificação	8
Regime de funcionamento	8
Órgãos de administração e gestão	8
2 - População escolar	9
Distribuição da população escolar	9
Educação pré-escolar	10
Dimensão e constituição de turmas	11
Apoios socioeducativos	14
Enquadramento sociocultural das famílias	14
3 - Recursos humanos	16
Caracterização do pessoal docente	16
Distribuição do serviço docente	18
Caracterização do pessoal não docente	19
Satisfação do pessoal docente, discente, não docente e encarregados de educação ...	19
4 - Recursos físicos	24
Espaços	24
Equipamentos.....	24
Qualidade e bem-estar das instalações	25

5 - Recursos financeiros	29
Distribuição dos recursos financeiros da escola	29
6 - Projecto curricular	30
Ofertas curriculares	30
Cumprimento de programas	30
Tempo dedicado às aprendizagens	31
Apoio educativo	32
Formação de professores	32
7 - Contextos educativos	33
Participação da comunidade na vida da escola	33
Incidentes críticos	34
Participação da comunidade educativa nas decisões	34
Trabalho cooperativo entre professores	36
8 - Resultados dos alunos	37
Taxa de abandono real	41
Percurso escolar de uma geração de alunos	41

CAPÍTULO III

A – O desempenho da escola	42
Instrumentos de autonomia da escola	42
Instrumentos de articulação curricular	44
Funcionamento dos órgãos de gestão	47
Estruturas pedagógicas	49
Avaliação	51
B – Recomendações	52
Anexos	58

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A auditoria pedagógica, prevista na alínea a) do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2002/A, de 26 de Julho, é uma modalidade de intervenção que permite uma dinâmica de controlo pedagógico, por uma equipa inspectiva, articulando a avaliação interna da escola com a avaliação externa.

Esta actividade realiza-se em conformidade com determinadas normas, métodos, procedimentos e princípios reconhecidos e aceites. Tem como objectivo expressar opinião sobre a correcção, a clareza e a suficiência das situações e documentos objectos de análise, servindo para conhecer pontos fracos existentes ao nível do controlo interno da unidade orgânica auditada e exercer acção pedagógica e de controlo sobre a mesma sem, contudo, ter como objectivo detectar erros e fraudes.

Enquadra-se, assim, numa filosofia que, sem esquecer a conformidade normativa, privilegia não só a compreensão das soluções e das iniciativas das escolas, como a necessidade de contextualizar certos aspectos, como a garantia de um melhor funcionamento e de melhores resultados no âmbito das respectivas autonomias.

Para além disso, a auditoria é, em si mesma, uma estratégia de diagnóstico e de resolução de problemas, com capacidade mobilizadora das comunidades educativas.

Assim sendo, contribui para melhorar a qualidade da educação, na medida em que permite a realização de um processo que é continuamente construído e reflectido.

Tratando-se de uma auditoria de carácter parcelar, o seu objecto centrou-se na organização do processo de avaliação dos alunos ao nível das disciplinas de Língua Portuguesa, quer na vertente pedagógica quer na organizacional, por constituir uma área de formação transdisciplinar, no âmbito do ensino básico.

A escolha desta área prendeu-se, ainda, com a importância que o processo de avaliação dos alunos desempenha no contexto do ensino/aprendizagem, sem esquecer que a avaliação, como elemento integrado, integrante e regulador da prática educativa, permite a recolha sistemática de informações, destinadas a apoiar a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

OBJECTIVOS

A auditoria teve como objectivos:

- 1.** Analisar o modo como a Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe organiza o processo de avaliação dos alunos.

Para isso foi necessário verificar se:

- Os documentos consolidadores da autonomia da escola contemplavam o domínio da avaliação dos alunos;
- Os critérios gerais de avaliação estavam definidos ao nível do conselho pedagógico, operacionalizados em conselho de departamento/grupo/disciplina /núcleo e aplicados em conselho de turma e de núcleo;
- Os critérios definidos contemplavam o domínio dos conhecimentos, competências, atitudes e valores;
- Os alunos e encarregados de educação eram intervenientes no processo de avaliação, de acordo com normas previstas no Regulamento Interno;
- Eram praticadas diferentes modalidades de avaliação;
- Eram utilizados meios de avaliação adequados e diversificados;
- Eram utilizadas diversas modalidades de apoio educativo;
- Os registos de avaliação dos alunos eram elaborados com clareza e em linguagem compreensível para os pais/encarregados de educação;
- A escola reflectia sobre os resultados obtidos pelos alunos;
- Essa reflexão conduzia a alterações na organização do processo de ensino/aprendizagem.

2. Fomentar procedimentos indutores da auto-avaliação da escola, através da avaliação externa, com vista ao controlo da qualidade educativa.

METODOLOGIA

A acção compreendeu a revisão e actualização prévias do material constante dos Cadernos I e II.

O Caderno I reúne um conjunto de materiais de suporte teórico e organizativo do projecto de Auditoria, com carácter de documento orientador. É um manual de apoio aos inspectores auditores, bem como aos agentes das próprias escolas, ao mesmo tempo que funciona como documento de registo da informação recolhida pela escola. Esta recolha constituiu uma fase de auto-avaliação da escola e serviu de base ao trabalho dos inspectores auditores.

O caderno II constitui o roteiro de trabalho da equipa inspectiva no terreno e contém a indicação do tipo de informação a obter.

A auditoria iniciou-se com o envio, pelo Inspector Regional de Educação, do ofício n.º 56, de 13 de Fevereiro de 2006, a informar a unidade orgânica da sua selecção para o projecto de auditoria, bem como da data da primeira reunião a realizar com as respectivas estruturas.

Tendo-se verificado impedimentos relacionados com a execução de determinadas actividades inspectivas, foi dirigido novo ofício à unidade orgânica em referência, a transferir o início da acção no terreno, para data posterior, procedimento este verificado através do ofício n.º 64, de 23 de Fevereiro de 2006, pela entidade supra-referida.

Assim, e de acordo com os procedimentos a que uma auditoria deve obedecer, a reunião de apresentação da mesma à comunidade educativa foi efectuada no dia 6 de Março de 2006 pelos inspectores Maria Filomena Tavares

Silva de Medeiros, Nuno António Bettencourt Gomes e Paulo Jorge da Silva Pereira, tendo contado com a presença do Inspector Regional de Educação.

A auditoria realizou-se na unidade orgânica de 3 a 7 de Abril de 2006.

No âmbito do trabalho de campo procedeu-se:

1. À análise de documentos:

- Projecto Educativo da Escola (P.E.E.);
- Plano Anual de Actividades (P.A.A.);
- Regulamento Interno (R.I.);
- Actas da Assembleia de Escola;
- Actas do Conselho Executivo;
- Actas do Conselho Pedagógico, a partir de Maio de 2005;
- Actas do Departamento de Língua Portuguesa;
- Actas da Coordenação dos Directores de Turma;
- Actas de Conselhos de Turma;
- Actas dos Conselhos de Núcleo;
- Actas do Conselho de Núcleo da Educação Especial;
- Projecto Curricular de Escola;
- Projectos Curriculares de Turma;
- Pautas do 1.º período de duas turmas por ano de escolaridade;
- Capas de registo das actividades das crianças da educação pré-escolar;
- Cadernos de registo diário das actividades dos alunos do 1.º ciclo;
- Cadernos de registo diário das actividades dos alunos do 1.º ciclo que frequentam turmas com Programa Específico;
- Cadernos de registo diário de actividades dos alunos, relativos às disciplinas de Língua Portuguesa dos 2.º e 3.º ciclos;
- Cadernos de registo diário das actividades dos alunos que frequentam as turmas do Programa Oportunidade, subprogramas Integrar e Profissionalizante;
- Processos individuais de alunos

- Dossiês de Directores de Turma;
- Dossiês das disciplinas de Língua Portuguesa e de Português;
- Livros de registo de sumários.

2. A entrevistas a elementos da Escola:

- Presidente da Assembleia de Escola;
- Presidente do Conselho Executivo;
- Coordenador de Directores de Turma;
- Directores de Turma;
- Coordenadores de Núcleo.

Concluído o trabalho de campo, a equipa elaborou o pré-relatório, o qual foi enviado à unidade orgânica, para contraditório, aos 17 dias do mês de Maio de 2006, através do ofício n.º 164 da Inspecção Regional de Educação.

O pré-relatório apresentou uma primeira síntese da observação e das recolhas feitas, a fim de possibilitar um confronto de opiniões, uma vez que se tratava de uma visão externa da escola a ser confrontada com a visão interna da mesma.

A EBI de Rabo de Peixe devolveu à IRE, em 2006/07/03, o contraditório ao pré-relatório da auditoria, anteriormente elaborado.

CAPÍTULO II

1 - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Identificação: Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe

A Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe situa-se na Rua da Eira, s/n.º na freguesia de Rabo de Peixe, Concelho de Ribeira Grande, com o telefone n.º 296491376, fax n.º 296491708 e correio electrónico: ebi.raboixe@azores.gov.pt

Esta unidade orgânica serve uma população escolar oriunda de meios tipicamente rurais, dispersos, abrangendo os estabelecimentos de educação e ensino designados por EB1/JI Prof. António Mota Frazão, Pico da Pedra, EB1/JI António Medeiros Frazão, Calhetas, EB1/JI D. Paulo José Tavares, Rabo de Peixe, EB1/JI Escultora Luísa Constantina, Rabo de Peixe, EB1/JI António Tavares Torres, Rabo de Peixe e a EB 2,3 Ruy Galvão de Carvalho, Rabo de Peixe.

Regime de funcionamento

Nem todos os estabelecimentos de educação e ensino da unidade orgânica funcionam em regime normal. Assim, a actividade lectiva tem o seu início às 08:00 horas e o seu terminus às 19:00 horas, interrompendo para almoço das 12:20 às 13:30 horas.

O tempo real de abertura semanal da escola é de 55 horas, de acordo com os dados fornecidos pela Escola.

Órgãos de administração e gestão

Os órgãos de administração e gestão da escola encontram-se devidamente instalados e desempenham as suas competências de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, aplicado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/99/A, de 21 de Maio, então em vigor, e mais recentemente pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico da Criação,

Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo da Região Autónoma dos Açores.

2 - POPULAÇÃO ESCOLAR

A população escolar da **EBI de Rabo de Peixe**, aqui referenciada ao final do 1.º período do ano lectivo de **2004/2005**, é constituída por um total de **2274** alunos, sendo **314** da educação pré-escolar, **1072**, **381** e **303** do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, respectivamente, e **204** que frequentam turmas abrangidas por programas com regulamentação específica.

Distribuição da população escolar

Os gráficos 1 e 2 apresentam a população escolar que a EBI de Rabo de Peixe abrange.

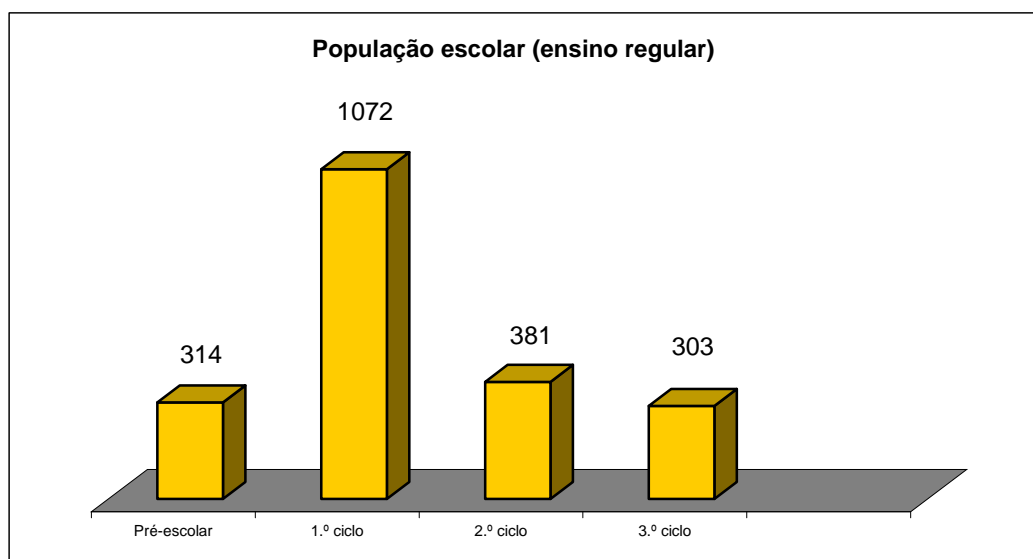


Gráfico 1

Da leitura do gráfico 1, verifica-se a existência de um número considerável de alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico, o qual, se considerado na sua totalidade, apresenta-se como o ciclo com um número mais elevado, quando comparado com o dos restantes ciclos.

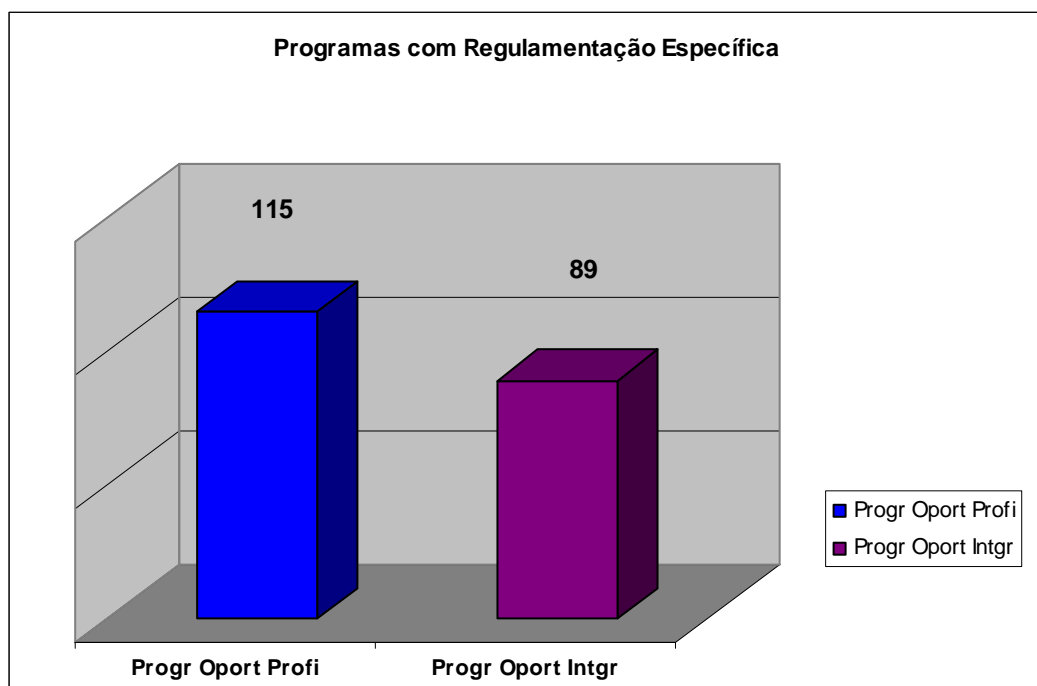


Gráfico 2

Da leitura do gráfico 2, verifica-se a existência de um número considerável de alunos que beneficiam das ofertas dos programas com regulamentação específica, existindo **115** alunos no Programa Oportunidade Profissionalizante e **89** alunos no Programa Oportunidade Integrar, distribuídos por seis e cinco turmas, respectivamente.

Educação pré-escolar

Crianças inscritas e admitidas

Quadro 1

Idades	Total de crianças inscritas	Total de crianças inscritas pela 1. ^a vez	Total de crianças admitidas	Total de crianças admitidas pela 1. ^a vez
3 anos	20	20	20	20
4 anos	89	67	89	67
5 ou + anos	205	104	205	104
Total	314	191	314	191

A leitura do quadro 1 dá a saber que o total de crianças inscritas na educação pré-escolar corresponde ao total de crianças admitidas. Também constata-se que o total das crianças inscritas pela 1.^a vez corresponde ao total das crianças admitidas pela 1.^a vez, o que nos permite concluir que todas as crianças puderam beneficiar desta modalidade de educação.

Distribuição de crianças por grupo

Quadro 2

	Total de grupos	<= 9	10 a 14	15 a 19	>= 20	N.º mínimo de crianças por grupo
N.º de grupos	17	0	1	6	10	14

Da leitura do quadro 2, verifica-se que a distribuição das crianças na educação pré-escolar, por grupos, oscila maioritariamente entre as quinze e as dezanove por grupo e um número de crianças igual ou superior a vinte, predominando estes últimos.

Não existem grupos constituídos por um número de crianças igual ou inferior a nove.

É de salientar que foi pedido adiamento de matrícula para cinco crianças.

Dimensão e constituição de turmas

A dimensão e a constituição de turmas reflecte a existência de grupos de pequenas dimensões, sobretudo a nível do 1.º ciclo do ensino básico. Todavia, obedecem ao regulamentado, nomeadamente no que respeita a alunos retidos e com necessidades educativas especiais.

A distribuição das turmas no gráfico 3 permite-nos uma leitura mais cuidada da mesma.

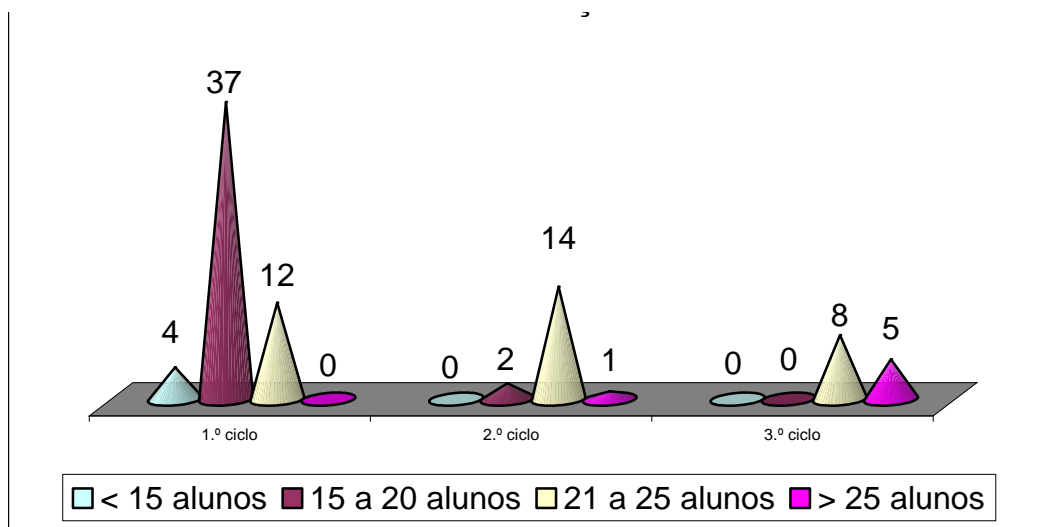


Gráfico 3

Número mínimo e máximo de alunos por turma

As turmas do 1.º ciclo são constituídas por um n.º de alunos que oscila entre os **14** e os **25**, verificando-se uma predominância de turmas constituídas por um número de alunos que varia entre os **15 a 20**.

As turmas do 2.º ciclo são constituídas por um número de alunos que oscila entre os **20** e os **26**.

No 3.º ciclo do ensino básico, as turmas são constituídas por um número de alunos que varia entre os **21** e os **28**.

Tanto no 2.º como no 3.º ciclo, verifica-se uma predominância de turmas constituídas por um número de alunos que varia entre os **21 a 25**.

O gráfico 4 reúne a situação do número máximo e mínimo de alunos por turma, dando desta forma uma visão global neste domínio da **EBI de Rabo de Peixe**.

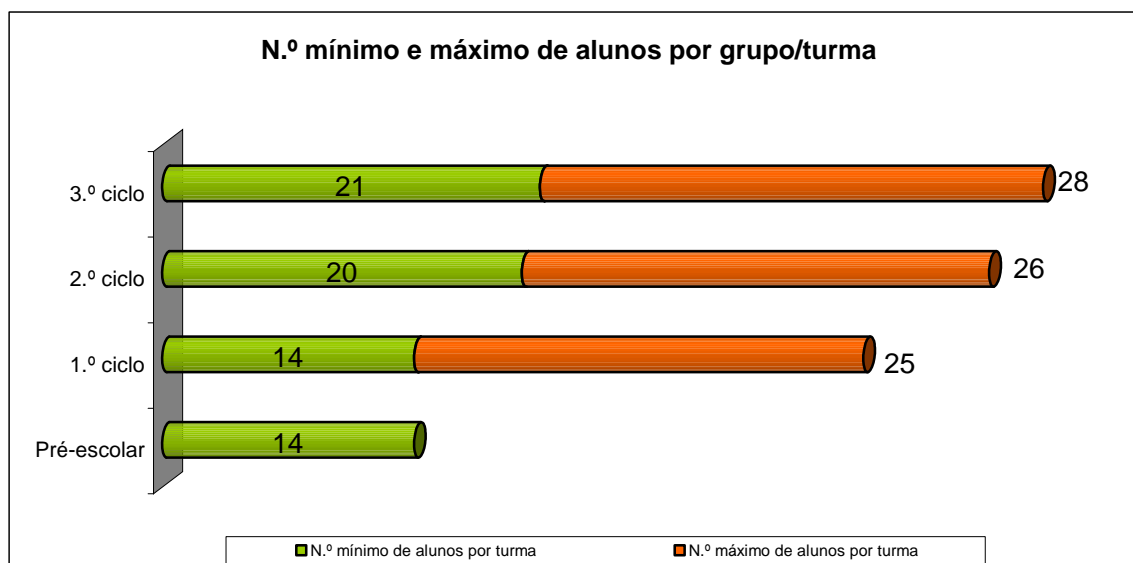


Gráfico 4

N.º mínimo e máximo de alunos retidos por turma

A leitura do gráfico 5 permite-nos verificar que o número de alunos retidos por turma varia de **0** a **18** no 1.º ciclo, de **0** a **23** no 2.º ciclo e de **0** a **19** alunos no 3.º ciclo.

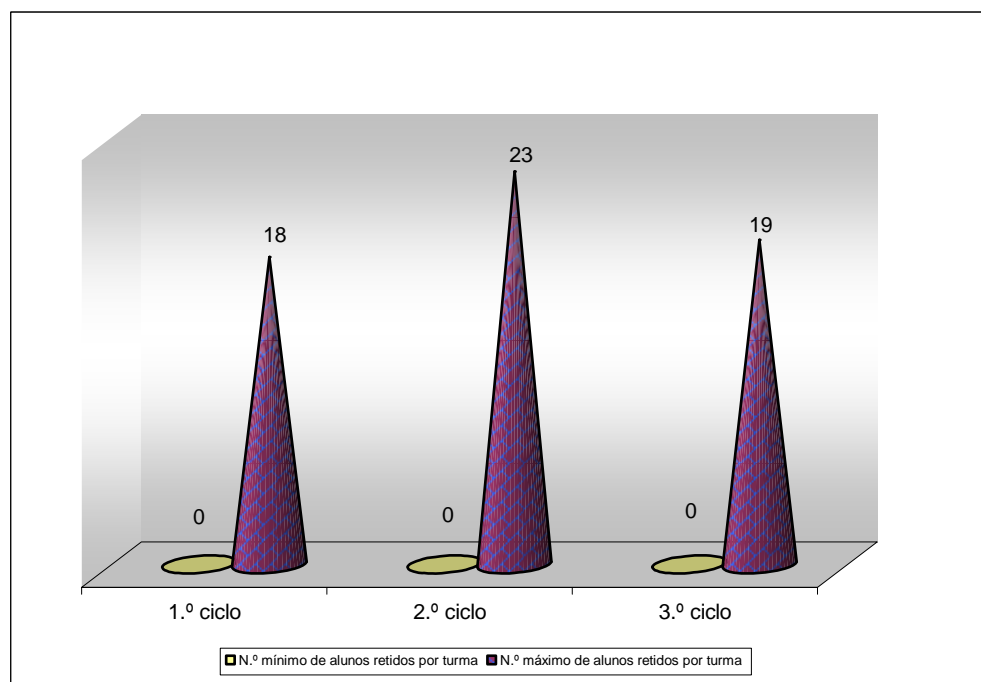


Gráfico 5

Apoios socioeducativos

Nesta escola verifica-se que **1639** alunos beneficiam de auxílios económicos directos (AED), sendo servidas semanalmente **2232** refeições subsidiadas de um universo de **2411** refeições servidas aos alunos durante a semana, o que corresponde a **92,5%** do total.

O transporte subsidiado é o que se prende com o transporte de alunos com circuito especial (táxi), beneficiando do mesmo **210** alunos.

Enquadramento sociocultural das famílias

Nível de escolaridade dos pais

Neste âmbito é de referir que num universo de **689** pais e mães, em que **352** corresponde à quantidade de pais inquiridos e **337** às mães inquiridas, do total apenas **5** apresentam habilitações académicas ao nível do ensino superior e **313** possuem apenas o 4.º ano de escolaridade.

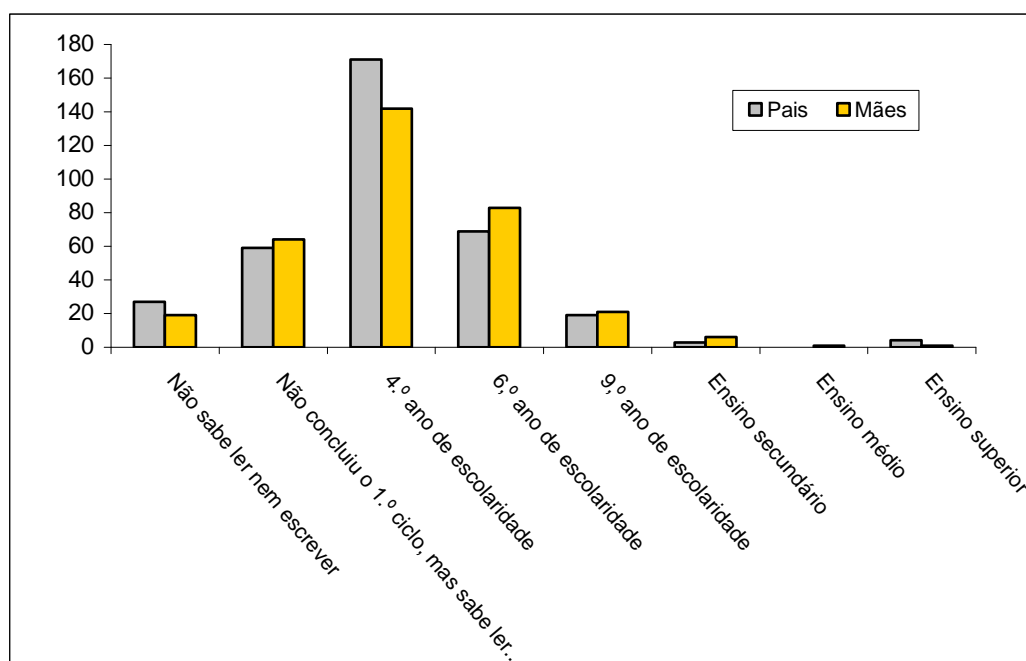


Gráfico 6

O gráfico 6 mostra, no total da população inquirida, a diferença existente entre pais e mães no âmbito dos respectivos níveis de escolaridade. Verifica-se, assim, que o nível de habilitações académicas das mães é ligeiramente superior à dos pais, apresentando estes uma ligeira variação relativamente ao «não saber ler nem escrever» e «ensino superior».

Nível profissional das famílias

O gráfico 7 dá-nos uma possibilidade de comparação entre mães e pais, no que concerne à actividade profissional exercida.

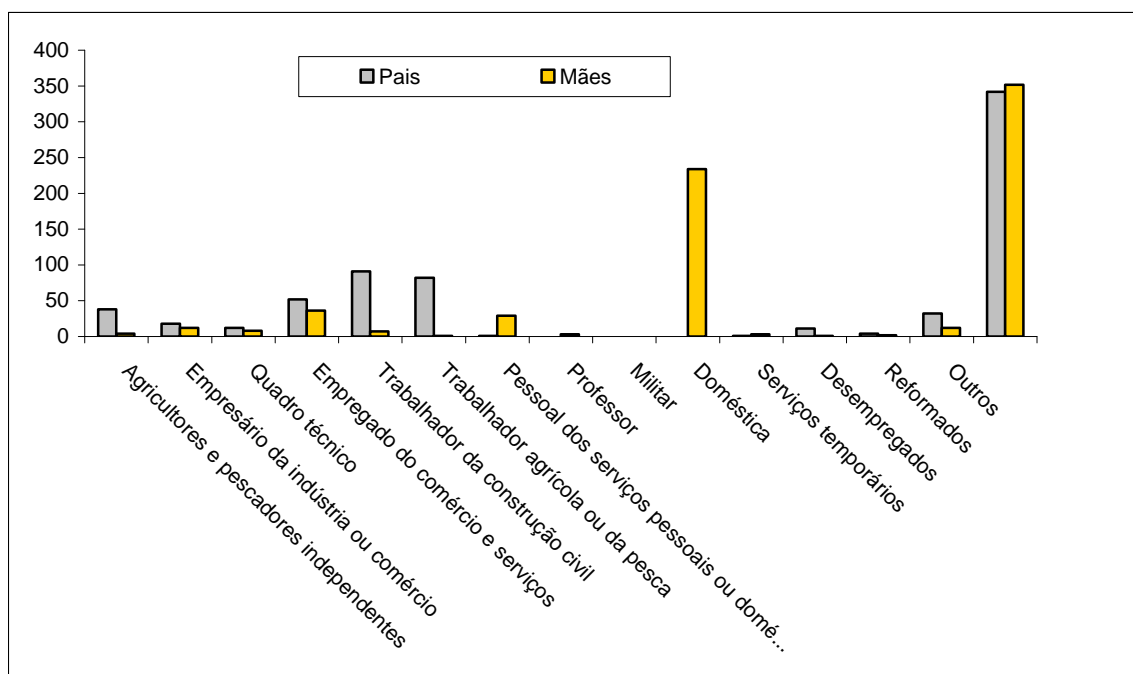


Gráfico 7

Assim, a amostra recolhida junto de um total de **694** pais revela uma dispersão pelos vários sectores de actividade, com tendência para as áreas de «trabalhador da construção civil», «trabalhador agrícola ou de pesca» e «empregado de comércio e serviços», enquanto que as mães, **234** de um total de **352**, se situam predominantemente na actividade doméstica.

3 - RECURSOS HUMANOS

Caracterização do pessoal docente

Os recursos humanos aqui considerados reportam-se aos valores existentes na EBI de Rabo de Peixe até 30 de Setembro do ano lectivo de 2005/2006. Assim, nessa data, existiam **203** docentes.

Categorias profissionais

O gráfico 8 apresenta a distribuição dos docentes da unidade orgânica nas respectivas categorias profissionais.

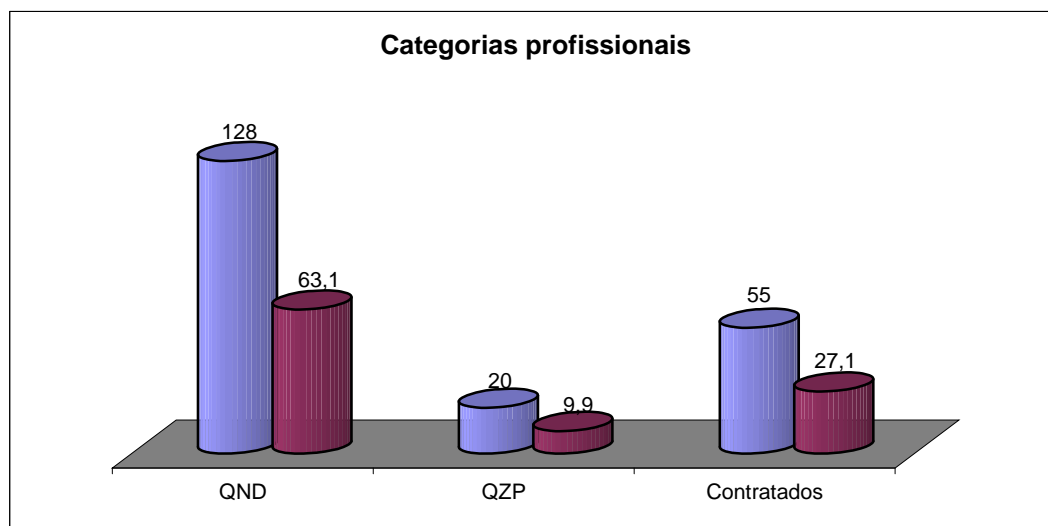


Gráfico 8

O gráfico 8 mostra-nos que os docentes em serviço efectivo na unidade orgânica são, de forma significativa, docentes do quadro de nomeação definitiva, apesar de ainda haver **27.1%** de docentes contratados, o que corresponde a um total de **55**.

A nível de qualificação profissional, pode-se afirmar que os docentes da escola em questão são profissionalizados, uma vez que apenas existe **1** com habilitação própria e **1** sem habilitação.

Experiência e antiguidade profissional

No âmbito da experiência profissional, e de acordo com os dados do Caderno I, apresentados pela Escola, **82** dos docentes têm entre **0 a 1** ano e **79** entre **1 a 5** anos de serviço.

No que respeita à antiguidade de serviço na Escola dos professores/educadores, verifica-se que o grupo com maior representatividade se situa entre **0 a 1** ano de serviço, num total de **105**, seguindo-se os que têm entre **1 a 5** anos, a que corresponde um total de **66**. Com mais de **20** anos, apenas encontramos um total de **2** docentes.

O gráfico 9 permite uma leitura por número de professores, de acordo com os dados fornecidos pela escola, quer a nível de experiência profissional, quer a nível de antiguidade na escola.

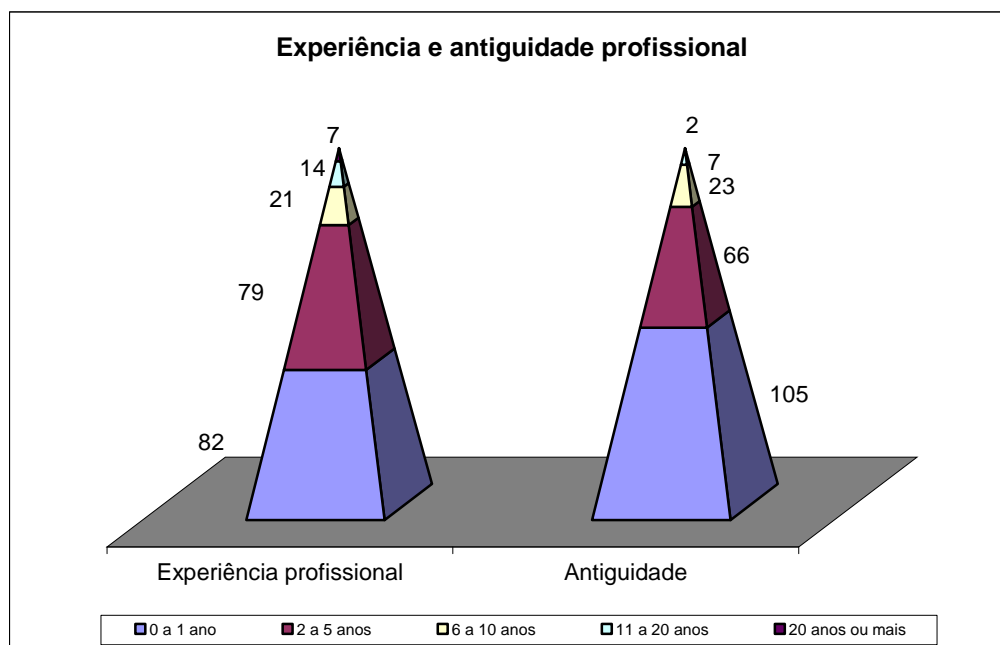


Gráfico 9

Em termos globais, pode-se dizer que o corpo docente da **EBI de Rabo de Peixe** apresenta uma experiência profissional relativamente baixa, sendo igualmente baixa a sua antiguidade na unidade orgânica.

Foram atribuídos **213** semanários-horários completos, sendo o rácio semanário-horário/aluno de **0,09**.

Distribuição do serviço docente

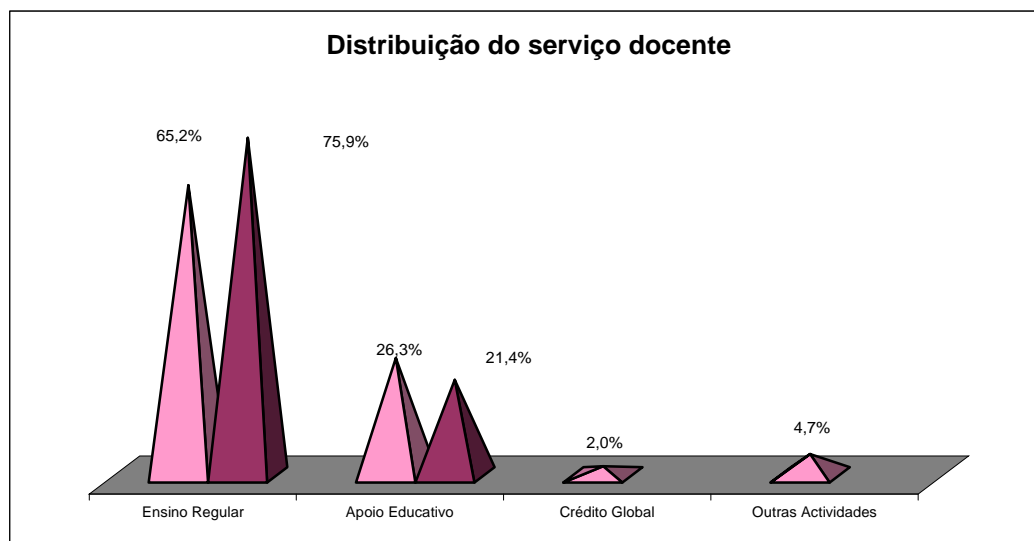


Gráfico 10

Como se pode verificar no gráfico 10, os docentes profissionalizados estão na sua maioria a leccionar ao nível do ensino regular, tendo-lhes sido atribuído, por conseguinte, o maior volume de segmentos da componente lectiva ou equivalente (**4128**), o que corresponde a **65,2%** do total de **6335** segmentos. Note-se que **75,9%** desses segmentos do ensino regular foram atribuídos a docentes com habilitação própria.

O apoio educativo absorve um considerável volume de segmentos (**1669**), correspondendo a **26,3%** do total dos segmentos da componente lectiva (**6335**). Importa referir que desses 26,3% de segmentos para apoio educativo, **21,4%** foram atribuídos a docentes com habilitação própria.

Caracterização do pessoal não docente

Pessoal não docente e categoria profissional

Existem **84** funcionários do quadro, conforme a distribuição verificada no gráfico 11:

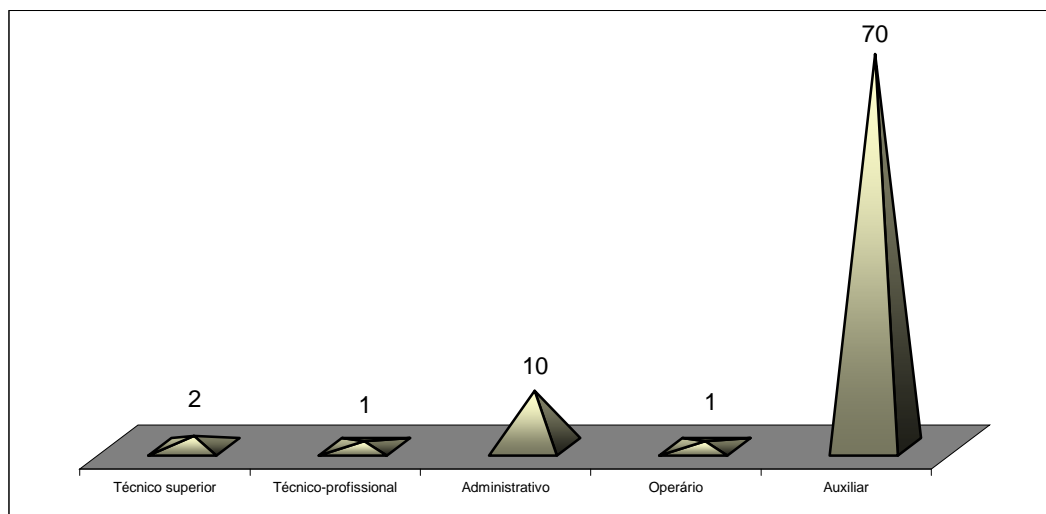


Gráfico 11

A apreciação do gráfico 11 permite-nos verificar que o pessoal auxiliar totaliza **70** elementos, os quais constituem uma maioria significativa, quando comparados com as restantes categorias dos funcionários da escola.

Não se registam auxiliares contratados.

Satisfação do pessoal docente, discente, não docente e encarregados de educação

Como complemento da informação relativa aos dados quantitativos dos recursos humanos da escola, interessou também analisar dados de carácter qualitativo, sendo que um deles se prende com o grau de satisfação sentido pelas pessoas que trabalham na escola.

Entende-se este dado como essencial, não só porque é condição indispensável para a realização de um trabalho de qualidade, mas também porque afecta o trabalho individual, para além de ser o resultado de um conjunto de circunstâncias que directa ou indirectamente influencia o clima da própria escola.

Nível de satisfação dos docentes

Neste sentido, relativamente ao nível de satisfação dos docentes, verifica-se que os **55** docentes inquiridos atribuíram, de um modo geral, o nível mais elevado de classificação aos indicadores que lhes foram apresentados.

É de salientar que **31** respondentes não concordam que «quando precisam usar recursos audiovisuais, informáticos ou outros é fácil resolver a situação» e **29** não concordam que «as regras de funcionamento da escola são claras e justas», para além de **23** não terem opinião sobre se «os seus colegas reconhecem o seu desempenho profissional».

O gráfico 12 oferece uma visão da forma como as respostas foram distribuídas pelos indicadores apresentados.

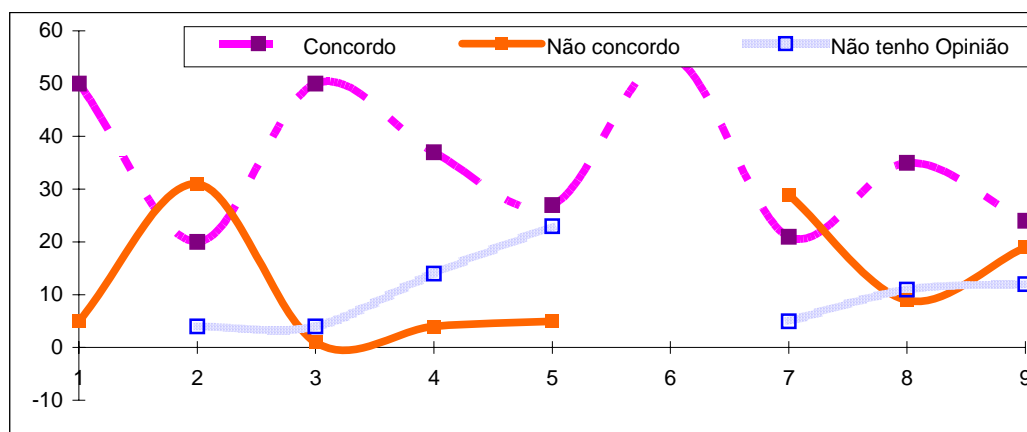


Gráfico 12 – cfr. legenda nos anexos

Nível de satisfação dos alunos

Para saber do nível de satisfação desta população, foram inquiridos **84** alunos, do total da população escolar que frequenta os 7.º, 8.º e 9.º anos.

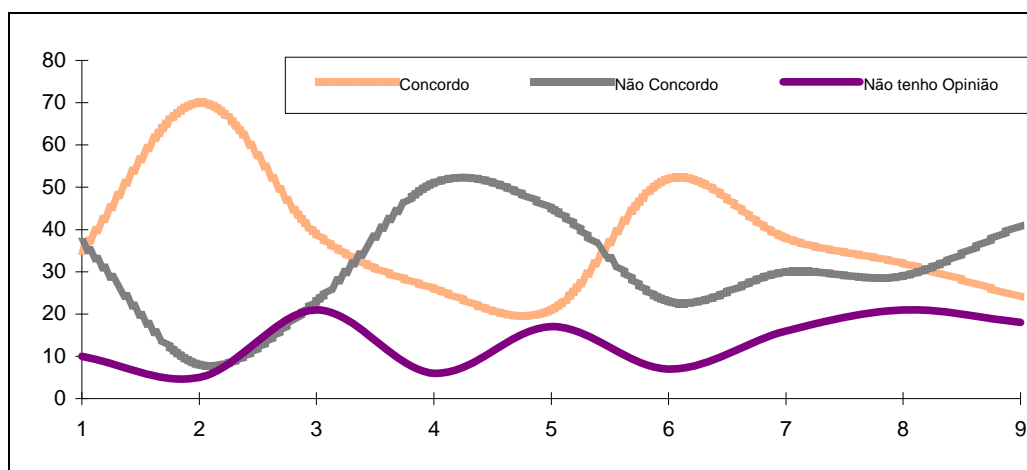


Gráfico 13 – cfr. legenda nos anexos

Verificou-se que as respostas se dispersaram pelas três dimensões da escala apresentada, não se podendo afirmar com convicção que os inquiridos tenham uma visão positiva da escola. Os indicadores que obtiveram o maior número de respostas concordantes foram aqueles que se prendem, sobretudo, com a «exposição da matéria com clareza e o tirar dúvidas pelos professores», «a informação com antecedência sobre tudo o que lhes interessa e diz respeito à vida da escola» e «os serviços de apoio e administrativos da escola funcionam de acordo com as minhas necessidades».

É de notar também que **51** alunos não concordam que «os funcionários da escola manifestam disposição para me ajudarem quando preciso» e ainda a consciência que **45** alunos apresentam face ao «(...) colaborar para melhorar o tempo passado na escola», sintoma de insatisfação desta franja de população discente.

Saliente-se ainda que existem alguns alunos que não têm opinião sobre os indicadores que lhes foram apresentados.

Nível de satisfação do pessoal não docente

Relativamente ao pessoal não docente responderam ao questionário **15** funcionários.

Pode-se dizer que as respostas apontam, de um modo geral, no sentido da população inquirida se sentir satisfeita.

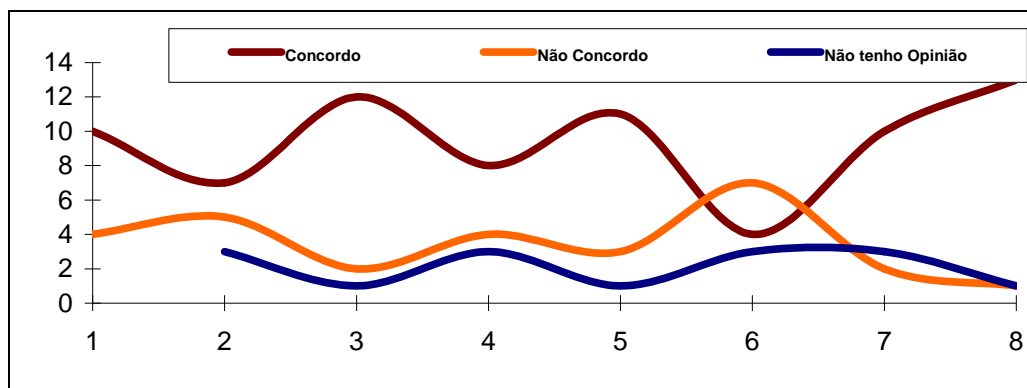


Gráfico 14 - cfr. legenda nos anexos

O pessoal não docente refere, de forma significativa, que «o seu trabalho não é respeitado pelos alunos embora se sintam a trabalhar no lugar certo».

Nível de satisfação dos pais/encarregados de educação

Foram inquiridos **324** pais/encarregados de educação, a fim de saber do seu nível de satisfação face à escola dos seus filhos/educandos.

O gráfico 15 mostra-nos de forma mais detalhada o nível de satisfação da população que constituiu a amostra.

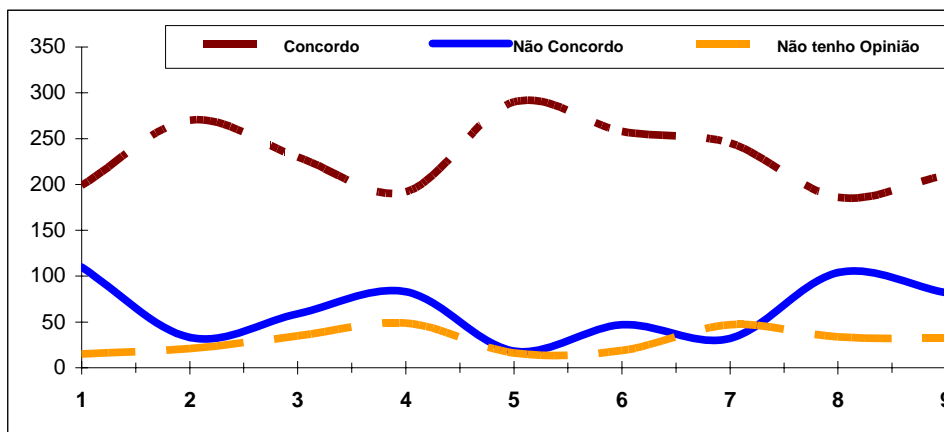


Gráfico 15 – cfr. legenda nos anexos

Da análise do mesmo constata-se que o grau de satisfação dos pais para com a escola se situa no nível mais elevado da escala utilizada no inquérito, uma vez que registamos respostas que oscilaram entre **186** e **290**, o que nos permite concluir que os pais, na sua generalidade, estão satisfeitos com a escola dos filhos.

Sobressai de forma positiva o facto deles considerarem que os seus filhos «(...) aprendem na escola», que «é fácil contactar com o Director de Turma ou com o Conselho Executivo», que «(...) são devidamente informados», que «(...) as reuniões da escola são úteis», «a escola lhes inspira confiança» e que «os seus educandos estão em segurança».

Regista-se ainda que **110** pais não concordam que «a escola lhes inspire confiança» e **104** que os «filhos/educandos não estão em segurança ».

4 - RECURSOS FÍSICOS

Espaços

A unidade orgânica ocupa 18 edifícios, distribuídos por sete locais diferentes da Freguesia de Rabo de Peixe. No total dispõe a unidade orgânica de 79 salas normais, consideradas em razoável estado de conservação e adequação e deficientes em termos de apetrechamento, e 13 salas específicas, consideradas, de igual modo, em razoável estado de conservação e adequação e deficientes em termos de apetrechamento.

A quase totalidade dos restantes espaços/instalações existentes na EBI de Rabo de Peixe encontra-se em razoável estado de conservação, adequação e apetrechamento, tendo um bom grau/intensidade de utilização. Existem apenas três espaços que apresentam bom grau de conservação, adequação, apetrechamento e de intensidade de utilização: a sala de professores, o gabinete de psicologia e orientação e a sala de directores de turma/atendimento aos encarregados de educação. Por outro lado, os balneários e a cantina, que têm um razoável grau/intensidade de utilização, apresentam um estado de conservação considerado deficiente, sendo ainda considerada também deficiente a adequação deste último espaço. Refira-se ainda que tanto a Biblioteca/Centro de Recursos como os pátios do recreio têm um apetrechamento considerado deficiente, contrastando com o bom grau/intensidade de utilização de que se revestem.

A Biblioteca da unidade orgânica, que tem uma taxa de funcionamento de 68,2%, possui **6209** títulos, não havendo registo de terem sido efectuadas quaisquer aquisições nos últimos dois anos.

Equipamentos

A unidade orgânica dispõe de equipamento tecnológico operacional, visível de forma mais objectiva no gráfico seguinte:

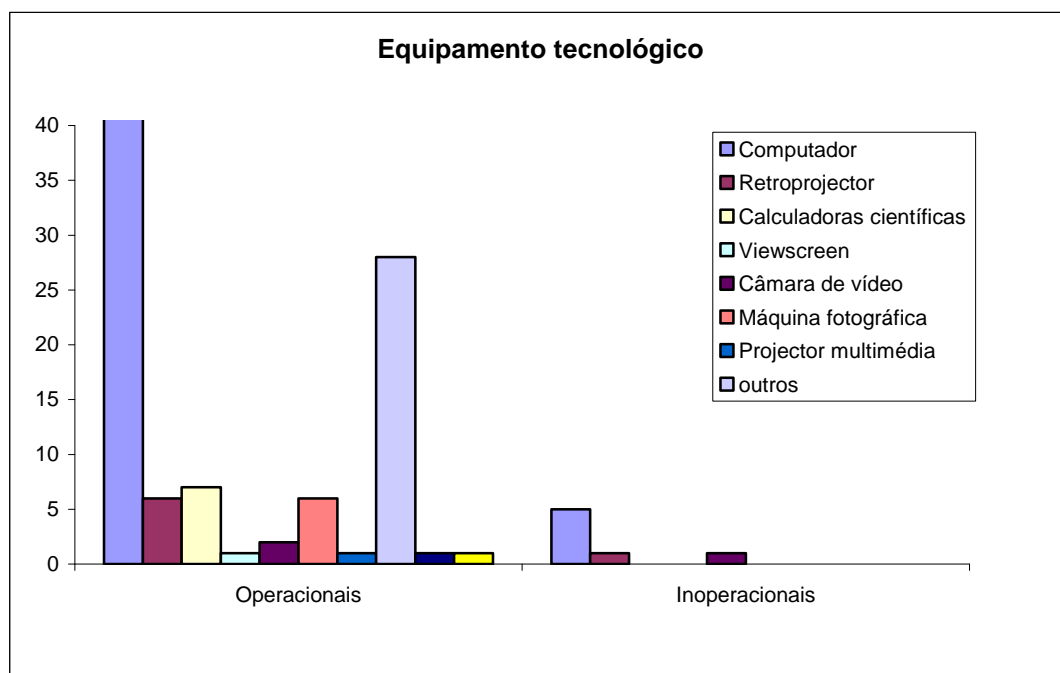


Gráfico 16

Para além do equipamento tecnológico referido, a EBI de Rabo de Peixe possui ainda 6 projectores de diapositivos, 8 televisões, 7 leitores de DVD, 3 vídeos, 1 viewscreen calculator e 3 écrans. Verifica-se que todo o equipamento tecnológico existente na escola, de um modo geral, se encontra operacional, exceptuando, de modo mais relevante, a existência de 5 computadores inoperacionais.

Qualidade e bem-estar das instalações

Foi também importante saber até que ponto alunos, professores e pessoal não docente se sentem bem no espaço escolar.

Para o efeito foram distribuídos questionários que permitiram avaliar o nível da qualidade e de bem-estar das instalações.

Nível de qualidade e bem-estar dos alunos:

Os gráficos mostram o posicionamento dos inquiridos:

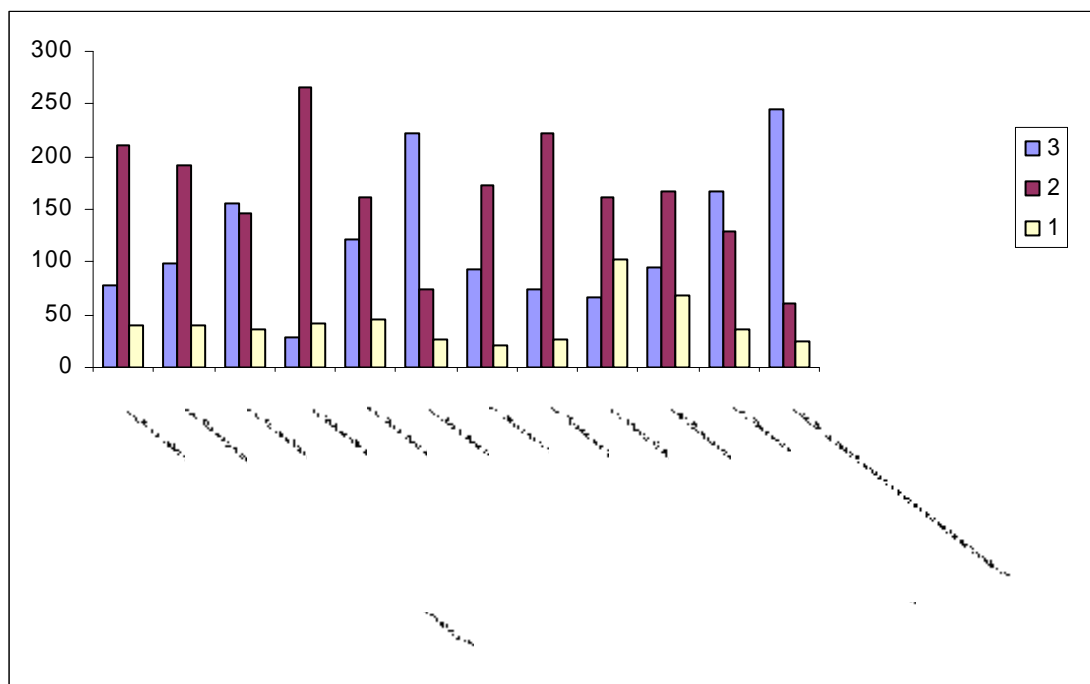


Gráfico 17

Verifica-se, pela leitura deste gráfico, que os respondentes, apesar de se dispersarem entre o *concordo* e o *não concordo*, assinalaram maioritariamente com *não concordo* as afirmações apresentadas, sobressaindo, assim, uma considerável insatisfação dos alunos em relação ao nível de qualidade e bem-estar oferecidos pela sua unidade orgânica. Foi a afirmação n.º 4, «Há muita gente, mas a escola é sossegada», que mereceu maior discordância por parte dos inquiridos, tendo 265 alunos, em 335 que responderam, assinalando-a com *não concordo*. A maioria dos inquiridos, 223, também discorda da afirmação n.º 8, «Todo o equipamento está bem conservado», discordando ainda 211 alunos, em 328 inquiridos, da afirmação n.º 1, «A escola vista de fora tem um aspecto cuidado». Traduzindo um certo sentido de comunidade, mereceu a concordância de 245 alunos, em 330 inquiridos, a afirmação n.º 12, «A escola é nossa e também serve os outros». A maioria dos alunos inquiridos, 223, concordou que as salas da unidade orgânica são claras e bem iluminadas (afirmação n.º 6) e 167 inquiridos, em 332, concordaram com a afirmação n.º 11, «Os recreio são amplos e agradáveis». Foi em relação à afirmação n.º 9 que se registou um maior n.º de inquiridos, 102, a manifestarem não terem opinião.

Nível de qualidade e bem-estar dos professores:

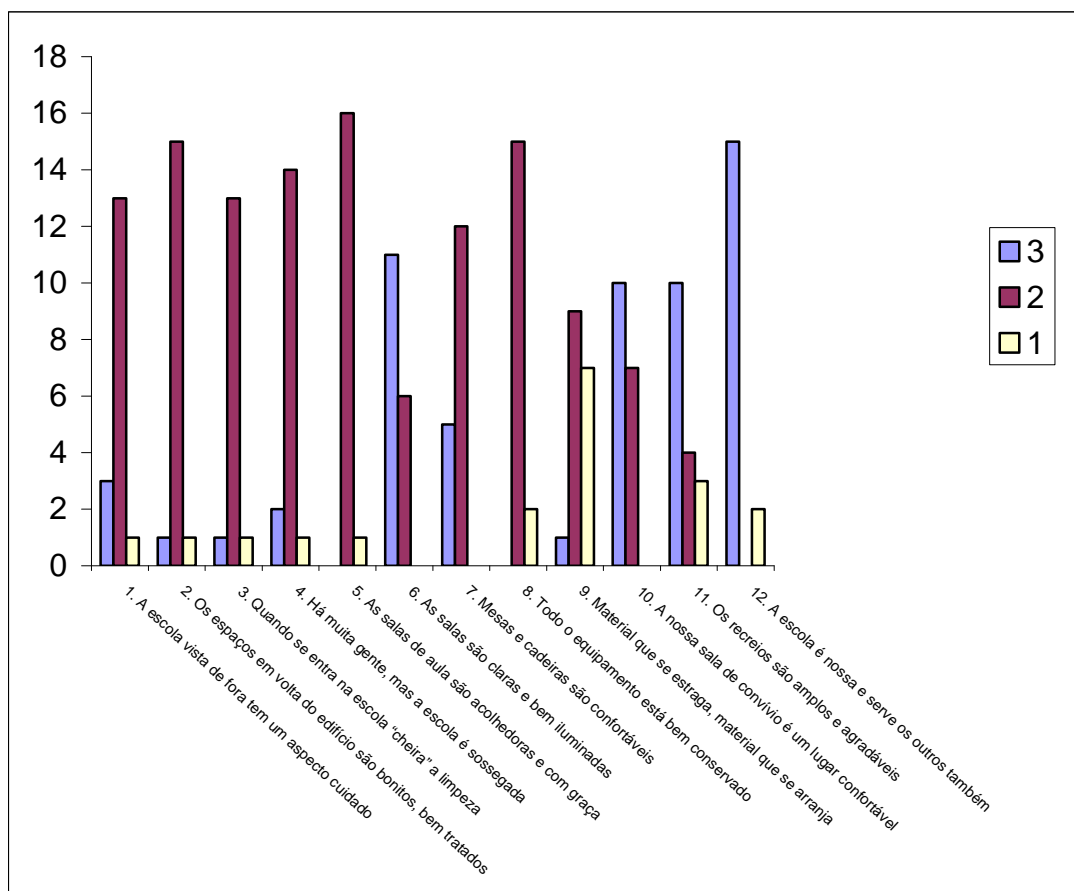


Gráfico 18

Os dados expressos no gráfico 18 mostram que o número reduzido de inquiridos (17) possui maioritariamente um sentimento negativo em relação ao nível de qualidade e bem-estar oferecido pela unidade orgânica.

Apesar da maioria considerar que as salas são claras e bem iluminadas (afirmação n.º 6), não concorda que as salas de aula sejam acolhedoras e com graça (afirmação n.º 5). Sobressai ainda da observação do gráfico a quase unanimidade existente, por parte dos inquiridos, na forma como discordaram das afirmações n.ºs 2 e 8. Foi, por outro lado, em relação à afirmação n.º 8 que houve maior número de inquiridos a manifestarem não ter opinião.

Nível de qualidade e bem-estar do pessoal não docente:

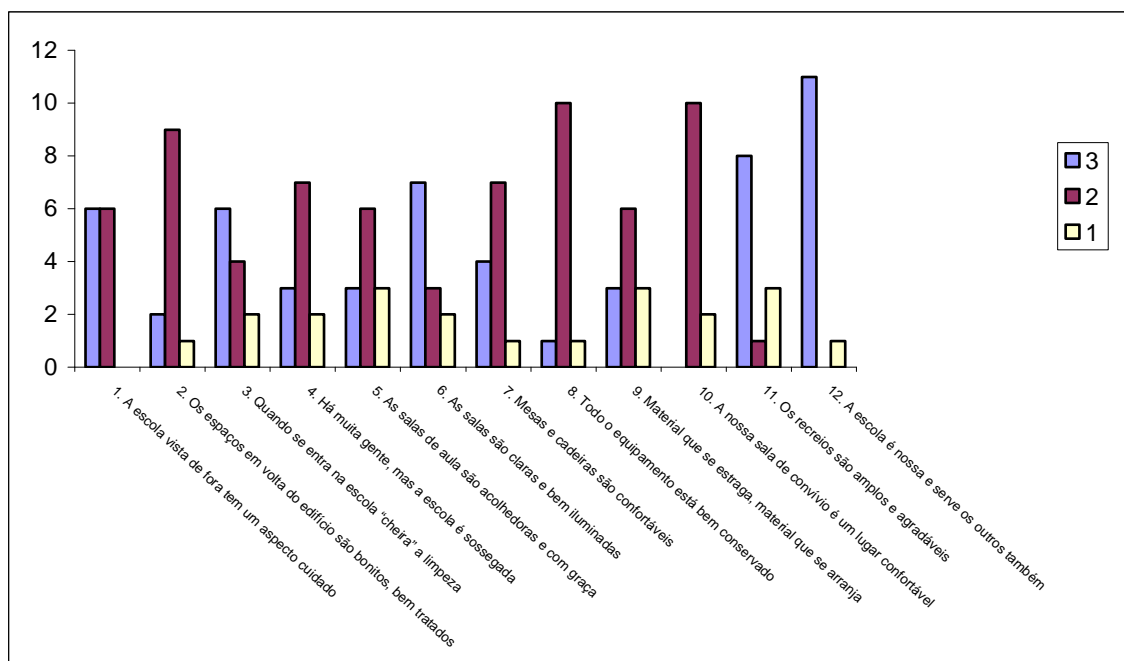


Gráfico 19

De um modo geral, a apreciação do gráfico 19 permite-nos concluir que aquela população sente que a escola é deles e serve os outros (afirmação n.º 11), que os recreios são amplos e agradáveis (afirmação n.º 11) e que as salas são claras e bem iluminadas.

Dos 12 inquiridos apenas metade concorda que «Quando se entra na escola cheira a limpeza». A maioria dos inquiridos não concorda que a sua sala de convívio seja um lugar confortável (afirmação n.º 10), que todo o equipamento esteja bem conservado (afirmação n.º 8) e que os espaços em volta do edifício sejam bonitos, bem tratados (afirmação n.º 2).

5 - RECURSOS FINANCEIROS

Distribuição dos recursos financeiros da escola

Recursos financeiros

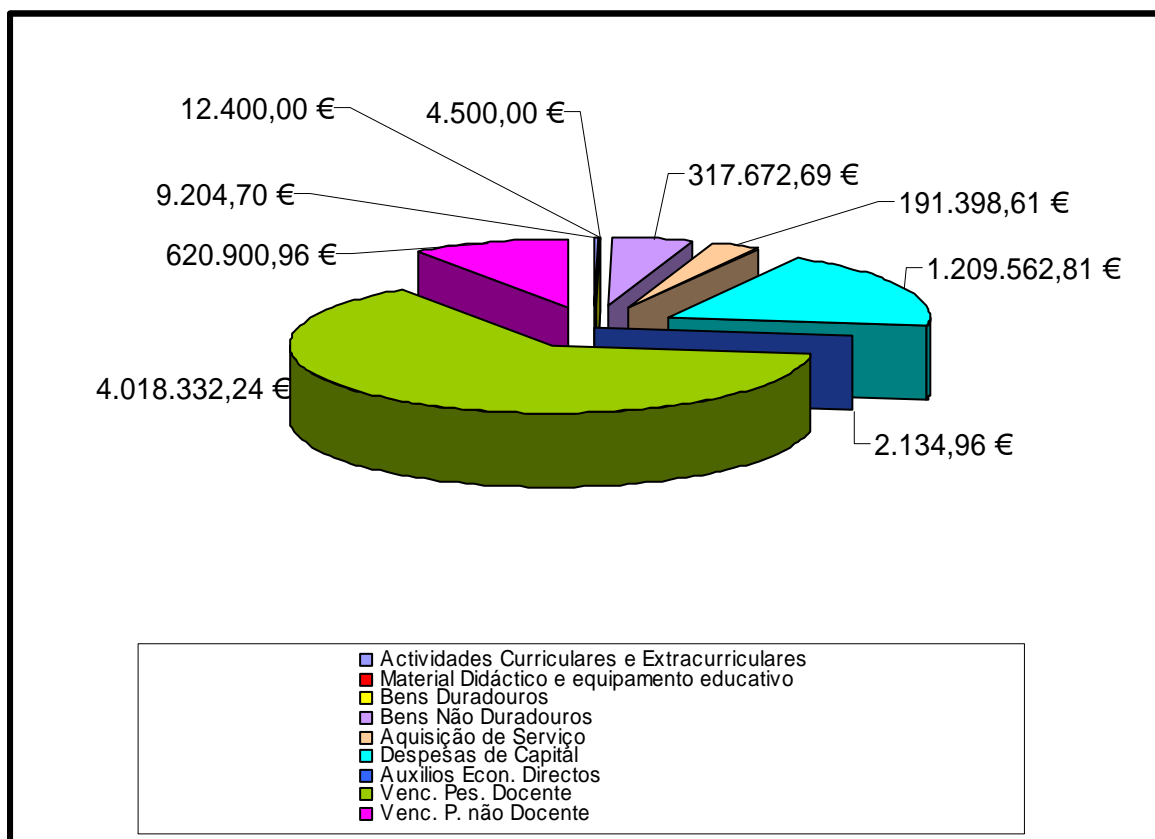


Gráfico 20 – cfr. legenda nos anexos

De acordo com os dados fornecidos pela unidade orgânica, é visível no gráfico que a despesa maior é, naturalmente, efectuada com os vencimentos do pessoal docente e não docente.

No âmbito dos recursos financeiros, é de salientar que a **EBI de Rabo de Peixe** dispõe de **103.020,15 €** de receitas próprias, geradas na unidade orgânica (bens não duradouros e aquisição de serviços).

É ainda de sublinhar o baixo orçamento destinado à aquisição de materiais didácticos/equipamentos educativos, **12.400 €**

6 - PROJECTO CURRICULAR

Ofertas curriculares

A unidade orgânica oferece cursos com regulamentação específica no âmbito do Programa Oportunidade.

O quadro mostra a distribuição dos alunos pelos programas com regulamentação específica e respectivos subprogramas.

Quadro 3

Programas com regulamentação específica	Subprogramas/n.º de alunos		
	Ocupacional	Sócio-educativo	D. O. Vocacional
Cidadania	-	-	-
Oportunidade	Integrar 89	Profissionalizante 115	- -

Cumprimento de programas

Cumprimento do Programa de Língua Portuguesa

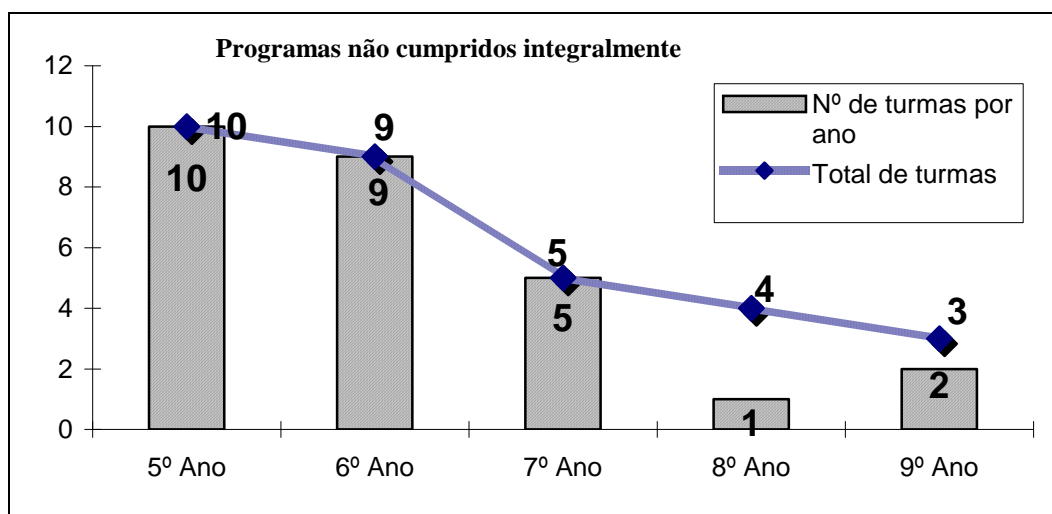


Gráfico 21 – cfr. legenda nos anexos

O gráfico permite concluir, considerando os dados cedidos pela escola, que em 27 turmas, de um total de 31 existentes, o programa da disciplina de Língua Portuguesa não foi cumprido integralmente.

No 2.º ciclo, nenhuma das turmas existentes cumpriu integralmente o programa em questão.

Relativamente ao 3.º ciclo, em 12 turmas existentes, 8 não viram cumprido integralmente o programa daquela disciplina.

Tempo dedicado às aprendizagens

O gráfico 22 mostra a distribuição das aulas previstas e das aulas dadas na disciplina de Língua Portuguesa.

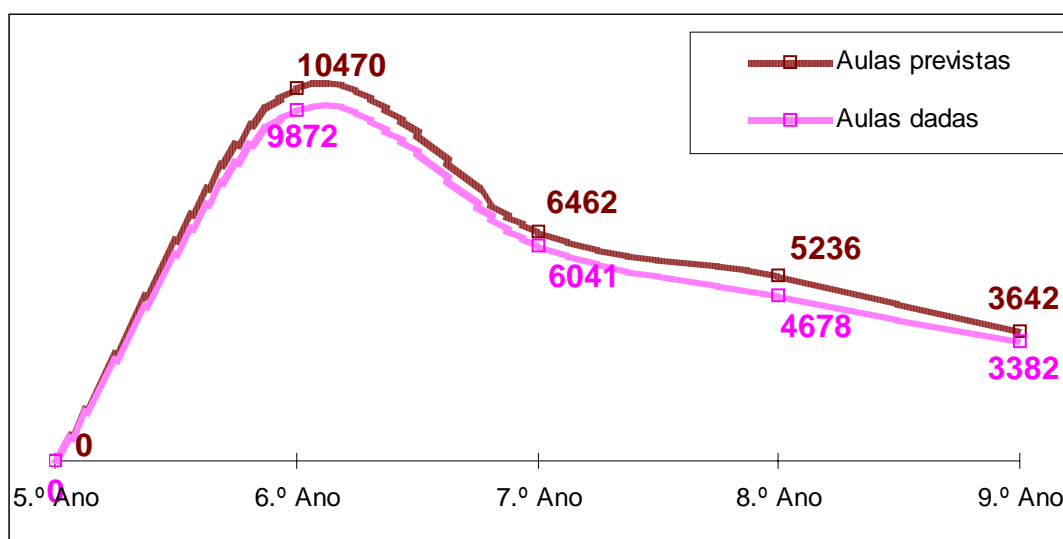


Gráfico 22 – cfr. legenda nos anexos

A observação do gráfico permite concluir, por um lado, que foi no 6.º ano de escolaridade que existiu menor diferença entre o número de aulas previstas e o número de aulas dadas e, por outro, que no 8.º ano de escolaridade essa diferença foi maior.

A unidade orgânica não apresentou dados referentes ao número de aulas previstas e dadas no 5.º ano de escolaridade.

Apoio educativo

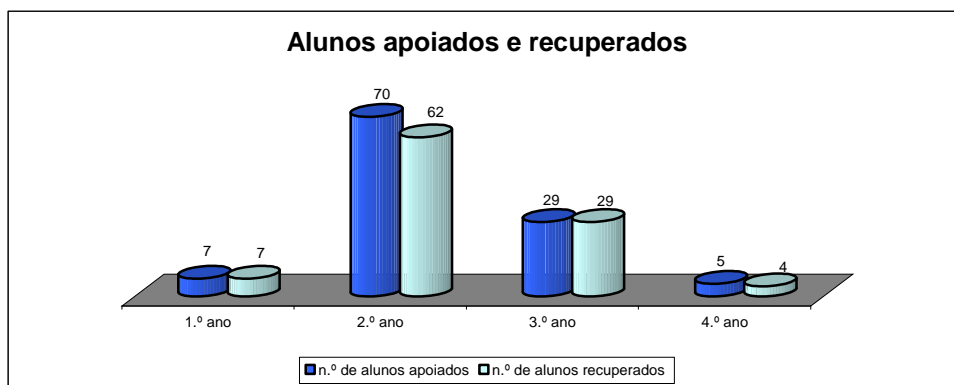


Gráfico 23

O gráfico 23 evidencia o número de alunos apoiados no 1.º ciclo, verificando-se que os alunos que mais apoio tiveram foram os que frequentaram o 2.º ano de escolaridade, tendo apenas 8 deles não sido recuperados. Nos restantes anos, os alunos apoiados foram recuperados na sua quase totalidade. A unidade orgânica não apresentou dados relativamente à existência de apoio educativo nos 2.º e 3.º ciclos de escolaridade.

Formação de professores

A formação dos docentes e não docentes também constituiu uma preocupação da unidade orgânica, tendo sido realizadas algumas acções de formação, gerais e específicas.

Quadro 4

Cursos/acções organizados na escola	N.º de horas de formação	Público-alvo	N.º de profs. que os frequentaram
2005 – Avaliação das Aprendizagens dos Alunos. Novos Contextos/Novas Práticas	30	1.º Ciclo	14
Álcool, Tabaco e Drogas	30	Todos os níveis	30
Desenvolver Competências ou Aprender a Pensar	25	Todos os níveis	30
2006 – Animação de Grupos na Sala de Aula	25	Todos os níveis	29

Itinerários Ambientais	25	Todos os níveis	15
Expressão Dramática	25	Todos os níveis	28
Educação da Sexualidade Humana	30	Todos os níveis	30

Foram realizadas acções de formação para os docentes da unidade orgânica de acordo com as necessidades sentidas, envolvendo um total de **176** docentes.

7 - CONTEXTOS EDUCATIVOS

Participação da comunidade na vida da escola

Participação dos alunos em actividades opcionais

No ano lectivo em questão, **669** alunos participaram em **actividades opcionais: 282** do 1.º ciclo; **196** do 2.º ciclo; **191** do 3.º ciclo.

Não se registou qualquer participação das crianças da educação pré-escolar.

Número de professores envolvidos em projectos do PAA

Participaram **35** professores em projectos do Plano Anual de Actividades: **6** no “Grupo Orff”, **5** nas “Actividades Desportivas Escolares – 2.º ciclo”, **4**, quer no “Grupo Folclórico”, quer nas “Actividades Desportivas Escolares – 3.º ciclo”, **3** no “Clube do Jornalismo”, **2** nos Clubes da “Floresta”, da “Matemática”, de “Escrita”, de “Xadrez” e também **2** no “Atelier de Expressão Plástica” e **1** nos clubes de “Cinema e Animação” e de “Fotografia”, bem como **1** na “Dinamização da Biblioteca”.

Pais e encarregados de educação participantes em actividades da Escola

Nas actividades das festas de Natal, Carnaval, do Espírito Santo e do Final do Ano participaram todos os pais dos alunos do 1.º ciclo e, aproximadamente, 5% dos pais dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos.

Incidentes críticos

Actos de violência praticados dentro da escola (totais participados)

- 70 “roubos e agressões a alunos”;
- 6 “violência sobre adultos”;
- 120 “vidros partidos ou outros actos de vandalismo”.

Problemas sociais

- 8 “casos de droga”.

Acções disciplinares

- 758 “participações por indisciplina”;
- 4 “conselhos disciplinares”;
- 9 “sanções aplicadas”.

Actos de violência praticados de fora para dentro da escola

- 4 actos.

Participação da comunidade educativa nas decisões

O processo de decisão é um processo que se reveste de determinada complexidade, pois, enquanto acto de gestão, compreende três fases: a **apresentação de propostas**, a **discussão que lhe decorre** e, por fim, a **decisão** propriamente dita. Por considerarmos que esta envolve um nível de participação diferente dos vários intervenientes, como a tomada de posições, análises, reflexões, reformulações, debates entre outras, optamos por analisá-la. Assim, foram inquiridos docentes, alunos, pessoal não docente e pais.

Os gráficos seguintes proporcionam-nos uma visão da forma como os respondentes distribuíram as suas respostas.

Participação do pessoal docente na decisão

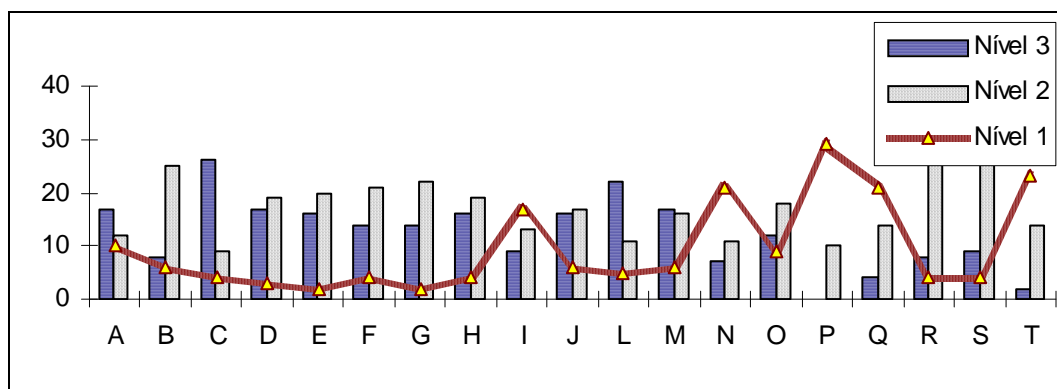


Gráfico 24 – cfr. legenda nos anexos

Em média responderam **39** docentes às diversas questões do inquérito. Verifica-se que o nível mais valorizado é o 2 (bastantes vezes), em 10 dos 19 itens, e logo depois o 1 (nunca), em 5 itens. Em 4 itens o nível 3 (sempre) é o mais valorizado.

Participação do pessoal não docente na decisão

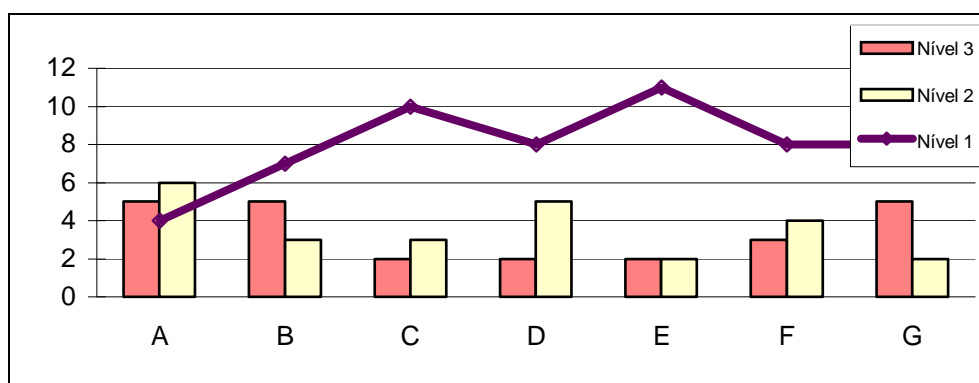


Gráfico 25 – Resultados em percentagem – cfr. legenda nos anexos

Responderam **15** funcionários a todos os itens. O nível 1 (nunca) foi o que prevaleceu, com 6 respostas em 7 questões apresentadas. Assim, parece poder-se concluir que esta população não é chamada a participar nos processos com vista às tomadas de decisão ou, se o é, fá-lo de forma muito reduzida.

Participação dos pais e encarregados de educação na decisão

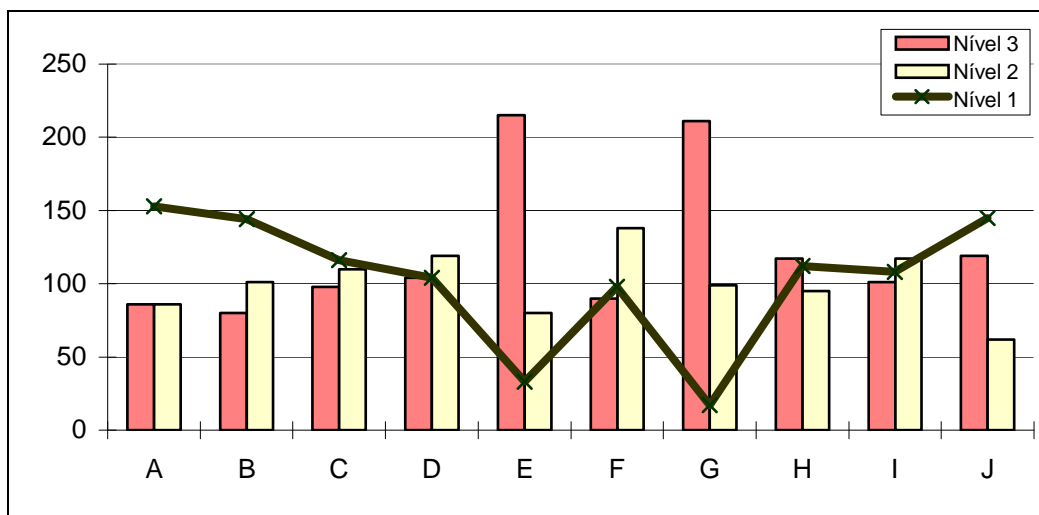


Gráfico 26– cfr. legenda nos anexos

Responderam 325 pais/encarregados de educação. A participação na tomada de decisão é evidente nas questões *disciplinares e de comportamento do seu educando* (E) e nas relativas ao *aproveitamento escolar do seu educando* (G). Nas outras decisões a participação é reduzida.

Trabalho cooperativo entre professores

A cooperação entre docentes foi analisada considerando-se duas dimensões: os *aspectos gerais* e os *aspectos pedagógicos*. Os aspectos gerais referem-se à carreira docente/profissional e os pedagógicos à prática lectiva.

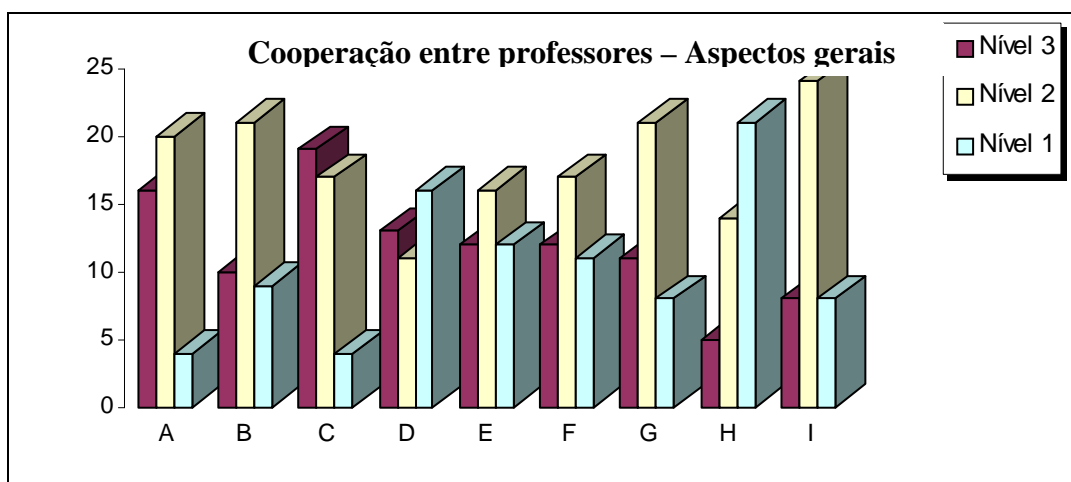


Gráfico 27 – cfr. legenda nos anexos

Quanto ao primeiro caso, responderam **40** professores. Só em três dos itens é que o nível 2 não sobressai, sendo que em dois daqueles é o nível 1 que se destaca. Assim, a cooperação entre os docentes parece acontecer com alguma frequência.

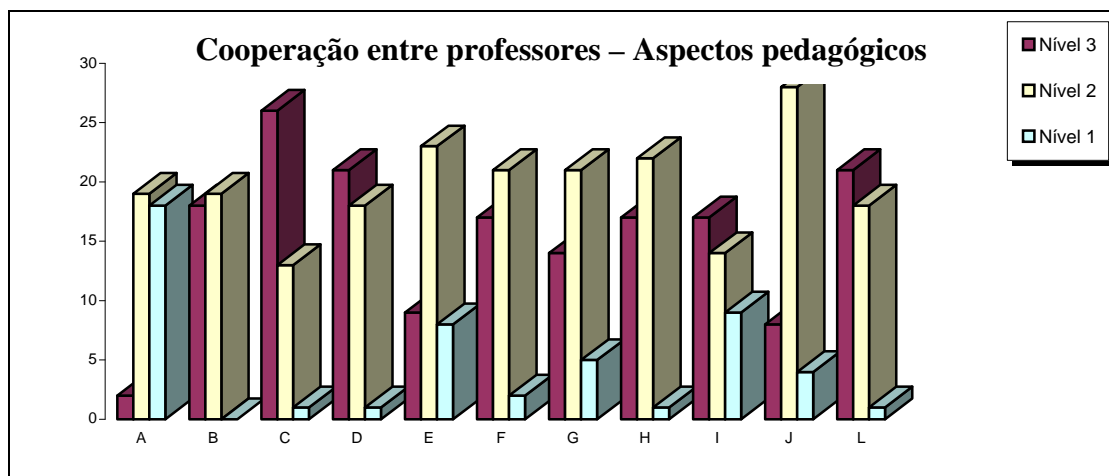


Gráfico 28 – cfr. legenda nos anexos

No segundo caso, responderam igualmente **40** professores. Neste domínio, a cooperação entre os docentes é mais evidente.

8 - RESULTADOS DOS ALUNOS

Os dados a observar no âmbito dos resultados dos alunos referem-se ao ano lectivo de 2004/2005.

Assim, a nível do **1.º ciclo** o aproveitamento dos alunos está presente no quadro seguinte:

Quadro 5

ANOS DE ESCOLARIDADE	ALUNOS TRANSITADOS	ALUNOS RETIDOS	ABANDONO REAL
2.º	342	51	-
3.º	212	6	-
4.º	179	47	-
TOTAIS	733	104	3

2.º e 3.º ciclos

No gráfico seguinte e no quadro 6, de acordo com os dados fornecidos pela escola através do Caderno I, pode observar-se a **relação entre os alunos transitados e, de entre estes, aqueles que transitaram com aprovação a todas as disciplinas.**

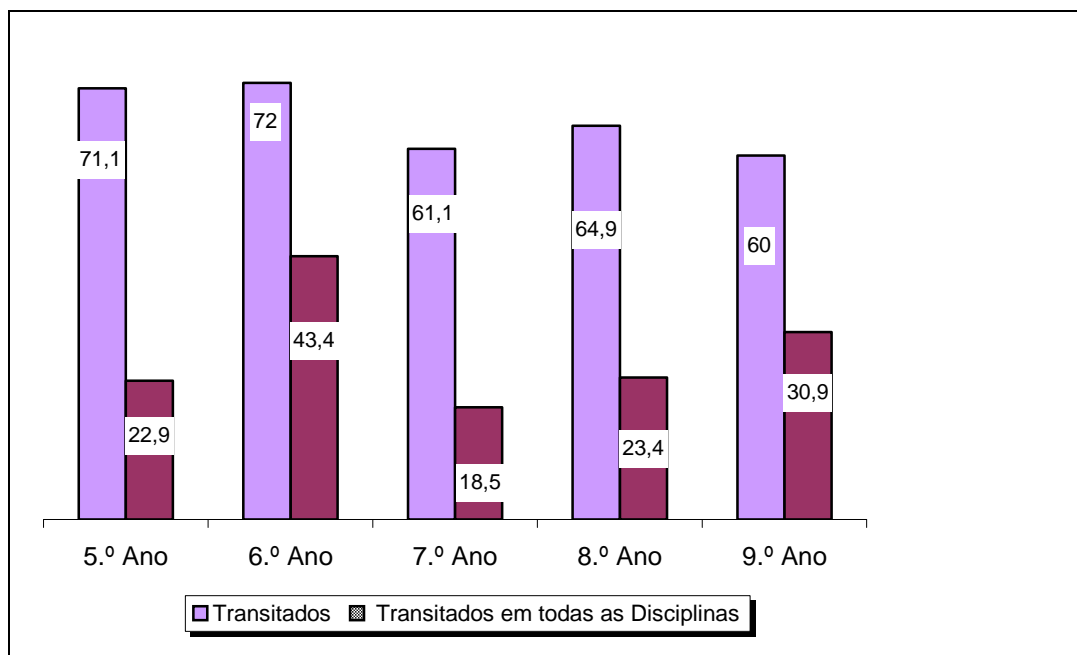


Gráfico 29 - Resultados em percentagem

Quadro 6

Anos de escolaridade	Alunos transitados a)	Alunos transitados a todas as disciplinas b)
5.º ano	155 (71,1%)	50 (22,9%)
6.º ano	126 (72%)	76 (43,4%)
7.º ano	66 (61,1%)	20 (18,5%)
8.º ano	50 (64,9%)	18 (23,4%)
9.º ano	33 (60%)	17 (30,9%)

a) Número e percentagem sobre o total de alunos avaliados no final do ano lectivo;

b) Número e percentagem sobre o total dos alunos transitados, segundo dados fornecidos pela escola.

O gráfico que se segue apresenta a percentagem dos **alunos transitados sem aproveitamento a uma disciplina e transitados sem aproveitamento a duas disciplinas**. A percentagem foi encontrada face ao universo dos alunos transitados.

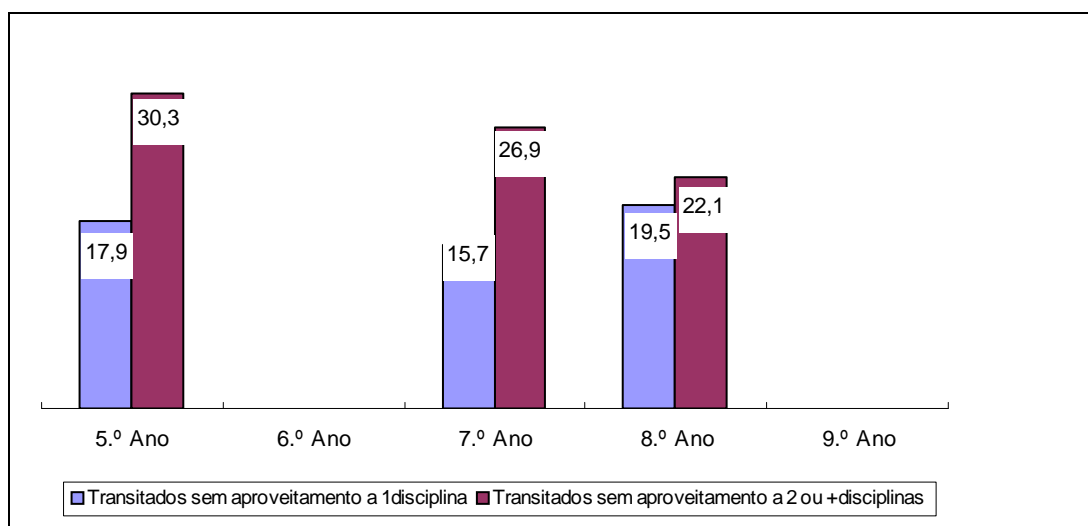


Gráfico 30 - Resultados em percentagem

Assim,

Quadro 7

Anos de escolaridade	Alunos transitados a)	Alunos transitados sem aproveitamento a uma disciplina a)	Alunos transitados sem aproveitamento a duas ou + disciplinas a)
5.º ano	155	39 (17,9%)	66 (30,3%)
6.º ano	126		
7.º ano	66	17 (15,7%)	29 (26,9%)
8.º ano	50	18 (23,4%)	15 (19,5%)
9.º ano	33		

a) Dados fornecidos pela escola.

O gráfico 31 apresenta a **percentagem dos alunos transitados**, primeiro **sem aproveitamento a Língua Portuguesa**, segundo **sem aproveitamento a Matemática** e terceiro **sem aproveitamento a Língua Portuguesa e Matemática**.

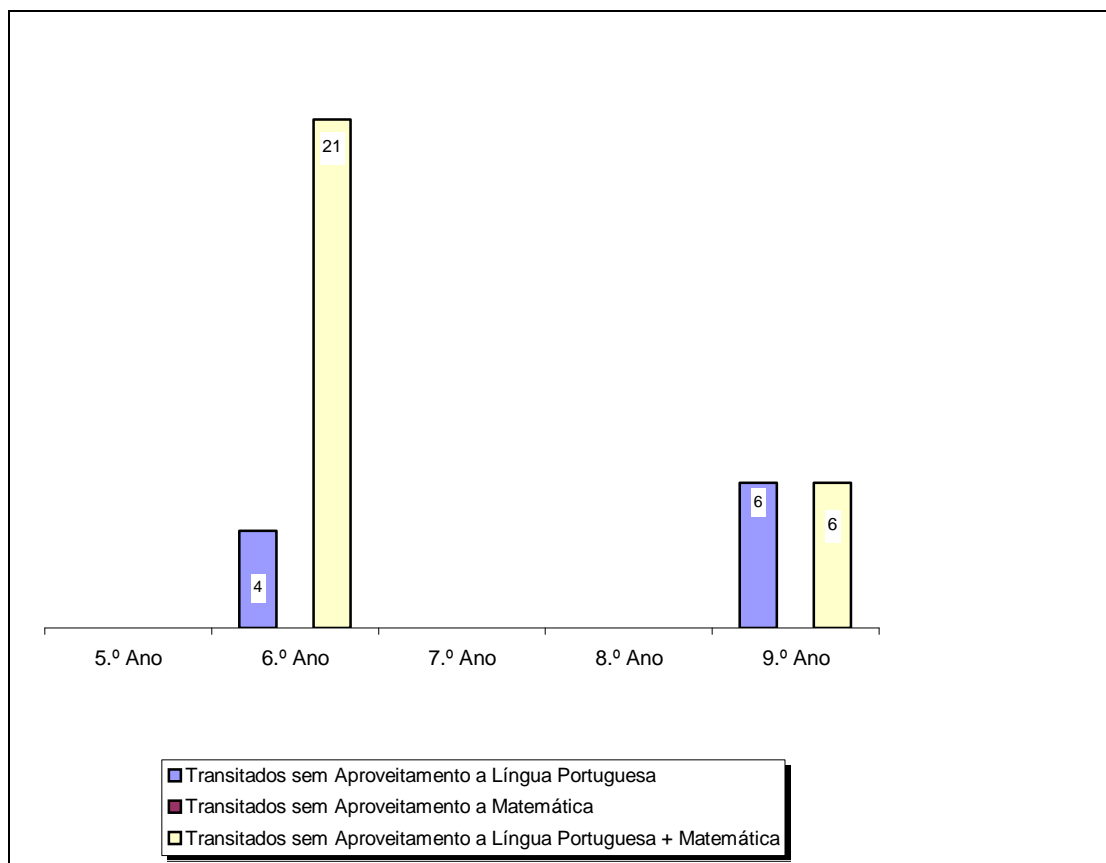


Gráfico 31

Assim,

Quadro 8

Anos de escolaridade	Alunos transitados a)	Alunos transitados s/ aproveitamento a Língua Portuguesa a)	Alunos transitados s/ aproveitamento a Matemática a)	Alunos s/ aproveitamento a Língua Portuguesa e Matemática a)
5.º ano	155			
6.º ano	126	4 (2,3%)		21 (12%)
7.º ano	66			
8.º ano	50			
9.º ano	33	6 (10,9%)		6 (10,9%)

a) Dados fornecidos pela escola.

Taxa de abandono real

Relativamente ao 2.º e 3.º ciclos, a **taxa de abandono** compreende os alunos que desistiram ao longo do ano, os alunos que transitaram e não renovaram a sua matrícula e ainda aqueles que não obtiveram aproveitamento e da mesma forma não renovaram a respectiva matrícula.

Assim, no ano lectivo de **2004/2005** abandonaram a escola, segundo dados fornecidos pela mesma:

A nível do **2.º ciclo** – **5** alunos ao longo do ano lectivo (1,27% do total dos alunos matriculados).

A nível do **3.º ciclo** – **13** alunos ao longo do ano lectivo (5,42% do total dos alunos matriculados) e **1** que não obteve aproveitamento e não renovou a matrícula (0,42% do total dos alunos matriculados).

Percurso escolar de uma geração de alunos

No âmbito do sucesso escolar, interessou-nos particularmente ver o percurso de uma geração de alunos, ou seja, aqueles que durante nove anos fizeram a sua escolaridade, tendo como ano lectivo de referência o de **1997/98** com o número de **232** alunos matriculados no 2.º ano, conforme dados fornecidos pela escola.

Quadro 9

	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano	7.º ano	8.º ano	9.º ano	POI	POP	Transf.	Sai-dos
97/98	232										5	
98/99	136	90									2	1
99/00	95	49	77								3	1
00/01	72	43	42	45					1		14	2
01/02	49	31	39	33	40				5		7	3
02/03	2	10	13	42	25	35			62		6	
03/04			2	36	25	31	25		66	3	2	2
04/05				23	28	18	20	25	16	53	3	
05/06				3	11	14	13	24		40		1

Assim, verifica-se que dos **232** alunos matriculados no 2.º ano em **1997/1998**, somente **25** chegaram ao nono ano de escolaridade em **2004/2005**.

CAPÍTULO III

A. O DESEMPENHO DA ESCOLA

INSTRUMENTOS DE AUTONOMIA DA ESCOLA

PROJECTO EDUCATIVO DA ESCOLA (PEE)

Define um tema aglutinador: valorizar a escola e a língua materna nas vertentes pedagógica, humana e institucional.

O diagnóstico da escola recorre a instrumentos de recolha objectivos.

O diagnóstico da escola selecciona informação relevante, em alguns casos repetida da existente no PCE.

O diagnóstico da escola contempla diferentes dimensões da vida da escola: o n.º de alunos por turma, o n.º de docentes, dados respeitantes a saúde, habitação, acção social e emprego, caracterização do corpo docente, contextualização do meio sócio-cultural dos alunos e referência a taxas de abandono.

Estão definidas as seguintes prioridades, retiradas da Lei de Bases do Sistema Educativo:

- O sistema educativo contribui para a formação plena e harmoniosa da personalidade, incentivando a responsabilidade, autonomia e solidariedade (n.º 4 do artigo 2.º).
- O sistema educativo contribui para a formação de cidadãos com espírito crítico e criativo (n.º 5 do artigo 2.º).

Estas prioridades concretizam-se nos domínios seguintes:

- Autonomia, abrangendo a responsabilidade e co-responsabilidade, a auto-confiança e auto-estima, bem como o desenvolvimento do gosto pela aquisição de conhecimentos;
- Qualidade da relação humana, nas suas vertentes de solidariedade, respeito pela diferença e sentido de justiça e verdade;
- Formação para a cidadania;
- Formação centrada na comunidade educativa;
- Optimização da acção pedagógica.

Contém um documento referencial para a elaboração do PAA, PCE e PCT.

O PEE especifica três objectivos, que concretizam o tema aglutinador nas vertentes pedagógica, humana e institucional.

Valoriza o Currículo Regional.

No entanto:

O diagnóstico efectuado não contém dados suficientes para uma correcta identificação dos problemas da escola, embora estes estejam identificados em documentação dispersa;

Em vez de estabelecer prioridades nas acções que dão consistência às vertentes do projecto (o tema dividido em 4 aspectos) faz uma explanação de intenções que pode comprometer a sua exequibilidade;

A referência à avaliação do PEE é vaga, não sendo visível a forma como é efectuada.

PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES (PAA)

Integra a previsão de realização de diversas actividades e projectos de complemento e enriquecimento curricular, demonstrando energia e vitalidade por parte da unidade orgânica.

Os protocolos firmados com entidades externas à unidade orgânica e as parcerias educativas estabelecidas com diversas entidades do concelho poderão constituir sinergias rentabilizadoras de meios e recursos, contribuindo para o sucesso educativo dos alunos e para a co-responsabilização da comunidade na acção educativa.

Prevê formação para pessoal docente, embora sem referir em que áreas.

A execução do PAA é acompanhada pela Assembleia de Escola.

No entanto:

O PAA está estruturado como um somatório das diferentes actividades e planos de actividades previstos pelos grupos disciplinares, departamentos e estabelecimentos de educação, sem unidade e interligação entre si e sem adequação aos princípios orientadores/finalidades/objectivos formulados no PEE;

Não definindo objectivos gerais, em articulação com o PEE, o PAA afirma-se, no seu todo, mais como um documento de gestão organizacional do que de gestão pedagógica;

Nem sempre são apresentados os objectivos previstos para as diferentes actividades, confundindo-se, por vezes, «objectivos» com propostas de realização de actividades. As actividades constantes do PAA nem sempre evidenciam, de forma implícita ou explícita, a presença ou a articulação com a componente curricular; Verifica-se uma reduzida participação do Departamento de Línguas e especificamente da disciplina de Língua Portuguesa no PAA; Não prevê formação para pessoal não docente.

REGULAMENTO INTERNO (RI)

O RI em vigor, bem como a proposta do novo regulamento apresentada, são documentos gerais que “reproduzem as disposições dos normativos legais, reputadas como essenciais”, pelo que ficam aquém do desejado, pois não equacionam nem previnem as especificidades da escola.

INSTRUMENTOS DE ARTICULAÇÃO CURRICULAR

PROJECTO CURRICULAR DE ESCOLA (PCE)

Tem como declaração inicial o facto de visar adoptar o currículo nacional ao contexto de cada escola, de acordo com o estabelecido na lei (Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro).

Apresenta uma sustentação teórica adequada.

Parte do diagnóstico da unidade orgânica para definir princípios de orientação curricular.

Integra os desenhos curriculares, não só o correspondente ao ensino regular como os referentes aos programas de regulamentação específica.

Integra o programa de conclusão de ciclo que corresponde simultaneamente ao programa do ensino recorrente.

Cita as competências por disciplina.

Refere critérios e modos diversificados de avaliação.

No entanto:

O PCE não está articulado com os documentos de autonomia da escola, não cumprindo desta forma o seu papel integrador;

Não aponta estratégias de diferenciação pedagógica;
Refere reajustamentos, sem que se possa verificar a sua efectivação;
Não apresenta instrumentos diversificados de avaliação embora eles existam em dossiê específico;
Não prevê formas de auto-avaliação regulada;
Não contempla a evolução do aluno ao longo do ciclo;
Não está clarificada a participação dos pais/encarregados de educação no processo, acompanhamento e avaliação do aluno;
Não é referida a forma como os alunos participam na avaliação, nem como são divulgados os critérios de avaliação;
Observou-se falta de organização na sua forma de apresentação, não se verificando uma linguagem comum nas planificações por disciplina;
Não se verificou que a elevada taxa de retenção suscite medidas de carácter curricular no sentido de remediar o problema.

PROJECTO CURRICULAR DE TURMA (PCT)

OS PCT observados contemplam a avaliação de diagnóstico da turma.

Dedica atenção à língua portuguesa, considerada na sua vertente transversal.

A caracterização da turma justifica a escolha de actividades a realizar, todas de carácter muito prático e imediato no PCT das turmas com programa diferenciado, que a escola criou.

Foram observados casos de planificações anuais, mensais, semanais e diárias.

A escola implementou, este ano lectivo e, porque teve recursos humanos para o fazer, um novo modelo de apoio educativo, para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, no sentido de combater o insucesso educativo verificado no ano lectivo transacto.

Pontualmente observaram-se PCT cuja articulação com a planificação, sumário e produção dos alunos existia.

Observou-se da mesma forma um PCT que tinha as características de um documento de trabalho do docente, na medida em que se apresentava com anotações, observações e comentários sobre a forma como as competências e os objectivos foram ou não atingidos.

Foram observadas planificações diárias indiciadoras de organização e preparação das actividades a desenvolver na sala de aula com os alunos, no âmbito do 1.º ciclo.

Foram observados, no 1.º ciclo, sumários elaborados em função dos anos de escolaridade/níveis que constituem a turma, embora não evidenciando a individualização da aprendizagem.

As produções diárias dos alunos, de um modo geral, apresentam-se corrigidas.

A organização dos cadernos diários e dossiês dos alunos apresenta sequência de propostas de actividades de aprendizagem.

É feita referência no livro de sumários à correcção dos trabalhos de casa, quando existem.

No entanto:

É feito um levantamento dos interesses dos alunos, o qual, nas programações, não é tomado em consideração, uma vez que, frequentemente, há observações que indicam que o aluno não mostra interesse pelas actividades propostas;

Não é considerado o tema aglutinador do PEE, valorizar a escola e a língua materna;

Não se observou reformulação e reajustamento do PCT;

Não se observou a tomada em consideração das aquisições não efectuadas, em caso de retenção, e constantes de relatório analítico, em obediência ao estabelecido no artigo 15.º do Anexo à Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro, entretanto revogada pela Portaria n.º 72/2006, de 24 de Agosto;

Não existe compatibilidade entre as actividades inscritas no PCT e as verificadas nos documentos observados: planificações de aulas, registo de sumários e registo nos cadernos diários dos alunos, sobretudo a nível dos 2.º e 3.º ciclos;

Registaram-se casos de PCT que continuam a sua execução no presente ano lectivo, porque “não foram atingidas as competências estabelecidas”, em vez de se ver uma reformulação, em função da constatação do seu insucesso;

Observou-se um relatório analítico, embora não se tenha visto a utilização da informação contida no mesmo, na elaboração do PCT do ano seguinte, de acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 15.º do Anexo à Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro, entretanto revogada pela Portaria n.º 72/2006, de 24 de Agosto;

Nem sempre se observaram sumários relativos a aulas de substituição e apoios educativos;

No 1.º ciclo do ensino básico, não foram vistos exemplos de articulação curricular, sendo as actividades compartimentadas, em vez de integradas;

Nos restantes ciclos, os casos de articulação curricular observados não adquirem verdadeira expressão e não são o resultado de trabalho elaborado e articulado em sede de departamento;

A língua portuguesa não é valorizada na vertente que seria importante, isto é, na aquisição, utilização e reconhecimento da linguagem específica das respectivas áreas disciplinares, com excepção do 1.º ciclo;

Os PCT não apresentam estratégias de diferenciação pedagógica e muito raramente integram os Planos Individuais (PI) relativos à prevenção do insucesso e/ou abandono escolar, os Programas Educativos (PE) e os Planos Educativos Individuais (PEI) referentes aos alunos abrangidos pelo Regime Educativo Especial;

De um modo geral, o PCT não se apresenta como um documento de trabalho do docente/docentes da turma;

Os sumários não reflectem a individualização da aprendizagem;

Não é visível, nas planificações, a existência de estratégias de sistematização da aprendizagem;

Os dossiês dos alunos arquivam particularmente fichas de trabalho, fotocopiadas de manuais, onde o cuidado na apresentação é pouco, para além de alguns se apresentarem pouco legíveis.

FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

ASSEMBLEIA DE ESCOLA

A Assembleia de Escola está a cumprir com o estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, com as alterações previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro, quando:

- Aprecia o Relatório Final de execução do PAA; a execução orçamental da conta de Gerência do Fundo Escolar e do Orçamento da Escola;
- Aprova o Plano Anual de Actividades; as propostas de contratos de autonomia;
- Analisa os resultados do processo de avaliação interna e externa.

No entanto:

A Assembleia não identificou, pelo que não terá analisado comparativamente os documentos, a pouca conformidade, ou pelo menos a falta de consequência, entre o

Plano Anual de Actividades e o Projecto Curricular de Escola com o Projecto Educativo.

CONSELHO EXECUTIVO

O Conselho Executivo está a cumprir com o estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro, quando:

- Elabora o Plano Anual de Actividades, submetendo-o à aprovação da Assembleia, bem como os relatórios de execução do mesmo;
- Superintende a constituição de turmas e a elaboração de horários;
- Distribui o serviço docente e não docente;
- Assegura o planeamento, protecção e segurança das instalações escolares.

No entanto:

Nas actas deste órgão, não se verifica que este se tivesse debruçado sobre as avaliações, quer as de final de período, quer as de final de ano lectivo.

CONSELHO PEDAGÓGICO

A leitura das actas evidencia o cumprimento das competências estabelecidas no Decreto legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro.

Foi verificada, através da leitura das actas, a preocupação com a existência de fichas de auto-avaliação dos alunos, a partir do 3.º ano de escolaridade.

Existe uniformização dos critérios gerais de avaliação.

Observou-se, através das actas, a participação dos representantes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, assim como do Núcleo de Educação Especial, em assuntos que lhes são específicos.

No entanto:

Não se observou o retorno das medidas implementadas pelo órgão, o que torna inconsequente a sua actividade como órgão aglutinador.

Não se observou, nas actas, a discussão dos resultados da avaliação.

Não se observou, nas actas, as consequências do não cumprimento dos programas.

O órgão analisa o Projecto Curricular de Escola (PCE) em vez de emitir parecer sobre a proposta do mesmo, emanada do Conselho Pedagógico, submetendo-a, posteriormente, à Assembleia de Escola.

ESTRUTURAS PEDAGÓGICAS

DEPARTAMENTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Existe cópia de legislação, relevante em matéria de avaliação, no dossiê do departamento, para consulta pelos seus membros.

Estão definidos os critérios gerais de avaliação para o departamento e para os diferentes grupos disciplinares que o integram.

Foram observadas planificações anuais das diferentes disciplinas que integram o departamento, por turma e por ano de escolaridade, incluindo a planificação anual de Iniciação à Língua Inglesa para o 1.º ciclo, embora se verifique a ausência das planificações de algumas turmas.

Existe, para a disciplina de Língua Portuguesa, uma planificação anual orientadora, destinada aos 5.º e 6.º anos de escolaridade, contemplando competências específicas, conteúdos, actividades, avaliação e recursos, embora sem prever uma calendarização para a sua operacionalização.

Existe uma grelha que define o «Perfil do Aluno», com vista à atribuição dos níveis de avaliação, de acordo com as competências adquiridas, embora não esteja especificado o ciclo a que se destina a sua aplicação.

Existem grelhas com critérios de correcção de fichas de avaliação da disciplina de Língua Portuguesa, destinada aos docentes dos 2.º e 3.º ciclos.

Foi observado um «Modelo de Teste de Avaliação Sumativa» para as disciplinas de Francês e Língua Portuguesa.

No entanto:

É reduzida a participação do órgão no PAA da unidade orgânica;

Não existe uniformidade no modo como são elaboradas as planificações da disciplina de Inglês, sendo algumas elaboradas em língua portuguesa e outras em inglês;

Existem planificações iguais para diferentes turmas, sem atender às diferentes características pedagógicas dos alunos e às suas competências específicas, de acordo com os respectivos projectos curriculares de turma;

Não se observaram formas de operacionalização da grelha de «articulação transversal» das disciplinas dos 5.º e 6.º anos de escolaridade, constante do dossiê de departamento;

As avaliações previstas nas planificações anuais das turmas do Programa Oportunidade, na generalidade, não prevêm avaliação sumativa;

Não foram observados critérios de avaliação para a disciplina de Língua Portuguesa, no ensino recorrente;

Verifica-se, nos documentos observados, imprecisão, na utilização de conceitos como objectivo/competência, critério/parâmetro/instrumento de avaliação na disciplina.

COORDENAÇÃO DE DIRECÇÃO DE TURMA

O dossiê analisado tem toda a documentação necessária para o desenvolvimento das actividades do director de turma.

No entanto:

Nas actas, verifica-se que o Conselho de Directores de Turma se limita a informar sobre questões administrativas/gestão de alunos e sobre o cumprimento da ordem de trabalhos dos Conselhos de Turma de Avaliação.

COORDENAÇÃO DE NÚCLEO

É visível nas actas do órgão a preocupação com aspectos gerais relativos ao funcionamento da escola.

Nos processos individuais observados constam, na generalidade dos casos, os elementos previstos no n.º 3 do artigo 6.º do Anexo à Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro, entretanto revogada pela Portaria n.º 72/2006, de 24 de Agosto.

Os Planos Educativos Individuais, bem como os respectivos Programas Educativos, nos casos de alunos abrangidos pelas medidas previstas no Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, estão organizados de acordo com o previsto na lei.

COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nas actas do órgão é feita a enumeração dos alunos, com a identificação dos problemas sociais e familiares.

No dossiê consta a distribuição de serviço dos docentes e técnicos.

As estratégias de intervenção são prejudicadas pela insuficiência de docentes de educação especial e de docentes de apoio.

A avaliação das crianças/alunos é feita por uma equipa organizada, em momentos referenciados.

Foi observada, no respectivo dossiê, a existência de meios de avaliação diversificados.

No entanto:

Não foi observada a forma de participação activa dos docentes do ensino regular e dos pais na elaboração, execução e avaliação dos programas individuais;

Não se observou a forma de articulação entre o núcleo de educação especial e o ensino regular;

Existem alunos sinalizados, “em lista de espera”.

AVALIAÇÃO

Existe um dossiê com diversos instrumentos de avaliação das diferentes disciplinas.

Foram definidos critérios de avaliação, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 7.º do Anexo à Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro, e demais legislação subsequente, posteriormente revogada pela Portaria n.º 72/2004, de 24 de Agosto.

Foi criada uma grelha orientadora da organização das fichas de avaliação escrita e de critérios de correcção.

Foram observados alguns registos de avaliação trimestral referentes a alunos do 1.º ciclo com a informação disponível pormenorizada e eficaz.

Nos documentos, é visível a atenção que diversas disciplinas de vários departamentos dedicam à língua portuguesa, fazendo reflectir o seu domínio na avaliação.

No entanto:

O diagnóstico da aprendizagem decorrente da avaliação formativa não especifica a situação concreta de aprendizagem em que o aluno se encontra;

Não foi observada a implementação de estratégias e actividades reveladoras da utilização da avaliação como elemento regulador da prática pedagógica;

Não foram observadas evidências da utilização da avaliação formativa com a importância que lhe é atribuída no artigo 8.º do Anexo à Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro, e demais legislação subsequente, posteriormente revogada pela Portaria n.º 72/2004, de 24 de Agosto;

Nos documentos observados, não se observaram exemplos de sistematização das aprendizagens;

Nas actas lidas não foi possível observar qualquer análise ou tratamento dos níveis de sucesso/insucesso educativo;

Na existência de um profuso número de fichas de avaliação nas diversas disciplinas, mas também a coexistência das mesmas numa só disciplina, sobretudo de auto e hetero-avaliação, de registo de aproveitamento, de avaliação contínua, de avaliação do caderno diário, de registo de informação diária, verifica-se a necessidade de uma racionalização na utilização destes instrumentos.

B. RECOMENDAÇÕES

PROJECTO EDUCATIVO DE ESCOLA (PEE)

- Reflectir sobre os dados recolhidos e que constituem a caracterização da escola a fim de definir de forma mais precisa os respectivos problemas.
- Definir um leque equilibrado de prioridades para intervenção educativa, tendo em vista a sua exequibilidade.
- Ponderar as formas mais eficazes de tornar o PEE um documento que defina a filosofia educativa da escola, articulando e articulando-se com os demais documentos de autonomia da escola.
- Definir formas de avaliação da execução do PEE.
- Prever e executar o seu reajustamento.
- Implementar e valorizar a transversalidade da língua portuguesa de uma forma articulada e organizada.

PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES (PAA)

- Articular o PAA com o PEE, de modo a que aquele plano contribua para a concretização dos objectivos e das linhas de acção estabelecidas pelo PEE.

- Promover, através das actividades previstas e a realizar, uma maior articulação horizontal, nomeadamente entre Departamentos Curriculares, e vertical, nomeadamente entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo e entre este e o 2.º ciclo, reforçando a afirmação da unidade orgânica como escola básica integrada.
- Envolver de modo consistente a participação dos Pais e Encarregados de Educação na concretização do PAA, co-responsabilizando a Associação de Pais pela participação da comunidade na vida da unidade orgânica.
- Indicar, na planificação, o(s) responsável(veis) pelas actividades previstas.
- Elaborar uma previsão orçamental para a execução do PAA, previamente à sua aprovação pelo órgão competente.
- Prever a realização de relatórios periódicos e do relatório final de execução do PAA para parecer da Assembleia de Escola.

REGULAMENTO INTERNO (RI)

Estando o presente Regulamento em fase de revisão, deverá ser aproveitada a ocasião para introduzir as alterações necessárias, a fim de que o documento efectivamente defina “o regime de funcionamento da escola, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar”, pelo que deverá:

- Fazer parte de um todo articulado, com o Projecto Educativo de Escola, com o Plano Anual de Actividades e com o Projecto Curricular de Escola;
- Remeter para o regimento dos diversos órgãos e serviços o funcionamento dos mesmos;
- Equacionar as especificidades da escola, prevendo e prevenindo, estabelecer regras de comportamento e/ou disciplina;
- Definir a forma como os encarregados de educação participam no processo educativo dos seus educandos;
- Apresentar os critérios gerais de avaliação dos alunos para cada ciclo de ensino;
- Fixar as normas a seguir no processo de justificação de faltas dos alunos, de acordo com o definido no capítulo XIV do Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos, aprovado pela Portaria n.º 35/2006, de 4 de Maio;

- Envolver a comunidade escolar na revisão do RI e depois promover uma ampla divulgação do mesmo.

PROJECTO CURRICULAR DE ESCOLA (PCE)

- O PCE deve ser um documento articulado e articulador entre os vários documentos de autonomia da escola.
- O PCE deve mencionar a operacionalização das competências de carácter transversal - educação para a cidadania, compreensão e expressão em língua portuguesa e utilização das tecnologias de informação e comunicação.
- O PCE deve ser elaborado tendo em conta os demais documentos orientadores da acção educativa, contribuindo deste modo para uma efectiva e eficaz operacionalização do Projecto Curricular de Turma (PCT).

PROJECTO CURRICULAR DE TURMA (PCT)

- O PCT deve ser valorizado através da criação de um percurso inter e intra anos e ciclos.
- O PCT, na qualidade de documento organizador das actividades a desenvolver com a turma, deve encerrar em si a dimensão de privilegiar a diferenciação pedagógica, com vista a responder às necessidades de aprendizagem de cada aluno.
- Na medida em que o PCT é um documento de trabalho deve integrar todos os demais documentos decorrentes dos reajustamentos necessários.
- As planificações deverão contemplar, entre outras, estratégias de sistematização das aprendizagens.
- Os sumários do 1.º ciclo devem espelhar a diversificação e articulação de actividades.
- Os livros de sumários devem ser periodicamente verificados pelo coordenador de núcleo/ director de turma, por forma a serem evitadas as lacunas verificadas: falta de assinatura do presidente do órgão de gestão, falta de numeração e rubrica nas folhas, aulas assinadas e não sumariadas, faltas assinaladas a lápis, rasuras e incorrecta linguagem de sumário.
- O apoio educativo implementado deve ser periodicamente avaliado e controlado na sua execução.

ASSEMBLEIA DE ESCOLA

- Solicitar atempadamente, quer ao Conselho Executivo, quer ao Conselho Pedagógico, os documentos que lhe cabe analisar e aprovar, a fim de o poder executar em tempo útil.
- Promover e incentivar o relacionamento com a comunidade educativa.

CONSELHO EXECUTIVO

- Sendo “o Conselho Executivo o órgão de administração e gestão da unidade orgânica nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, patrimonial e financeira”, conforme o disposto no artigo 61.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro, justifica-se que dedique uma ainda maior atenção à área pedagógica, quer no acompanhamento interventivo no Conselho Pedagógico, quer no apoio à actividade docente, quer, ainda, na optimização da gestão dos recursos conducentes a uma melhor escola.
- As questões da avaliação, incluindo os resultados de período e de final de ano, devem merecer uma ponderação permanente por parte do Conselho Executivo.
- Deve o Conselho Executivo submeter em tempo útil os documentos da sua responsabilidade aos outros órgãos, bem como exigir que aqueles também assumam as suas responsabilidades atempadamente.

CONSELHO PEDAGÓGICO

- Deve ser elaborada a proposta do PCE em cumprimento das disposições legais.
- Devem ser ponderadas as situações em que os alunos deverão ser abrangidos pelo Regime Educativo Especial, sobretudo as que se referem aos que estão nos anos de iniciação da escolaridade obrigatória.
- A definição pelo órgão de medidas disciplinares a aplicar aos alunos deverá ser coerente com as suas necessidades educativas e com os objectivos da sua educação e formação, no âmbito, tanto quanto possível, do desenvolvimento do projecto curricular da turma e do PEE, devendo as actividades de integração na escola revestir-se de natureza pedagógica, tal como prevê o artigo 41.º do Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2005/A, de 5 de Agosto.

- Por iniciativa deste órgão, os departamentos deverão proceder a uma reflexão sobre a avaliação como instrumento fundamental do processo de ensino/aprendizagem, a qual deverá contemplar a clarificação de conceitos como planificação, competências/objectivos, e avaliação, bem como quais os instrumentos, parâmetros, e critérios que deverão ser contemplados.

DEPARTAMENTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

- Uniformizar, a nível de grupo disciplinar e/ou de departamento, as grelhas destinadas às planificações.
- Promover a articulação do departamento com os restantes da unidade orgânica, possibilitando também uma maior articulação com o 1.º ciclo.
- Assegurar uma melhor coordenação de procedimentos e formas de actuação nos domínios pedagógico e de avaliação dos alunos.
- Identificar necessidades de formação do pessoal docente com vista à realização de acções de formação.
- Reflectir sobre o funcionamento dos apoios educativos em Língua Portuguesa e avaliar os seus resultados.
- Reequacionar a valorização das expressões escrita e oral.

COORDENAÇÃO DE DIRECTORES DE TURMA

- O Conselho dos Directores de Turma tem de assumir a coordenação pedagógica de cada ano, ciclo ou curso, tendo por finalidade a articulação das actividades das turmas.

COORDENAÇÃO DE NÚCLEO

- Os aspectos pedagógicos, entre os quais os relacionados com a avaliação, devem merecer atenção e cuidado no que concerne ao seu registo em acta, assegurando o cumprimento dos normativos respectivos.
- O seguimento na frequência dos alunos deve respeitar o disposto no artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2005/A, de 5 de Agosto, no que diz respeito às medidas a tomar e às entidades a envolver nos diferentes momentos da sua resolução.
- O Conselho de Núcleo deve afirmar-se como estrutura de orientação curricular cumprindo as suas funções, estipuladas no Decreto Legislativo Regional n.º

12/2005/A, de 16 de Junho, com nova redacção no Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro.

COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Os alunos que beneficiam da medida prevista na alínea i) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, não estão integrados em anos de escolaridade e não beneficiam de mais qualquer medida, uma vez que a situação “ensino especial” em que se encontram, torna todas as outras desnecessárias.
- O coordenador do núcleo deve exercer um papel de controlo, por forma a manter os documentos do núcleo (dossiês e actas) organizados, sem que a organização se traduza numa acumulação excessiva de formulários.

AVALIAÇÃO

- Os critérios de avaliação devem cumprir o estabelecido no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento de Avaliação das Aprendizagens no Ensino Básico, aprovado pela Portaria n.º 72/2004, de 24 de Agosto, o qual refere que “os critérios de avaliação (...) constituem referenciais comuns no interior de cada unidade orgânica, sendo operacionalizados pelo professor titular de cada turma e conselho de núcleo, no 1.º ciclo e pelo conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, no âmbito do respectivo projecto curricular de turma”.
- Na utilização da avaliação como elemento regulador da prática pedagógica as estratégias e actividades deve ter-se em consideração a alteração do planeamento inicial e das metodologias, a introdução de novas actividades, a utilização de modalidades de avaliação diferentes das previstas inicialmente, a atenção devida aos diferentes ritmos de aprendizagem, bem como a utilização de actividades diferenciadas.
- Os registos das informações trimestrais (referentes à educação pré-escolar e 1.º ciclo) devem ser descritivos, formativos, objectivos, proactivos e acessíveis aos respectivos destinatários.
- Deve ser ponderada a revisão dos instrumentos de avaliação.

A equipa inspectiva

Maria Filomena de Medeiros (coordenadora)

Maria Amélia Campos

Nuno António Gomes

Paulo Jorge Pereira

ANEXOS

Legendas/gráficos

NÍVEL PROFISSIONAL DAS FAMÍLIAS

A	Agricultores e pescadores independentes
B	Empresário da indústria ou comércio
C	Quadro técnico
D	Empregado do comércio e serviços
E	Trabalhador de construção civil
F	Trabalhador agrícola ou da pesca
G	Serviços pessoais/domésticos
H	Professor
I	Militar
J	Doméstica
L	Serviços temporários
M	Desempregados
N	Reformados
O	Outros

1. NÍVEL DE SATISFAÇÃO

- 3 – sempre;
- 2 – bastantes vezes;
- 1 – nunca.

Docentes

1	Sinto-me integrado numa equipa
2	Quando preciso usar recursos audiovisuais, informáticos ou outros é fácil resolver a situação
3	A minha relação com os Serviços de Administração Escolar é amistosa e cordial
4	Sinto que os meus colegas confiam no meu trabalho
5	Os meus colegas reconhecem o meu desempenho profissional
6	A direcção da escola é muito importante
7	As regras de funcionamento são claras e justas
8	O sucesso dos alunos é a nossa preocupação e os resultados estão à vista
9	Mesmo que pudesse, não mudava de escola

Alunos

1	A escola ajudou-me a escolher a área de estudos
2	Os meus professores expõem a matéria com clareza e tiram as minhas dúvidas
3	Os serviços de apoio e administrativos da escola funcionam de acordo com as minhas necessidades
4	Os funcionários da escola manifestam disposição para me ajudar quando preciso
5	Os alunos, de um modo geral, colaboram para melhorar o tempo passado na escola
6	Os alunos são informados com antecedência sobre tudo o que lhes interessa e diz respeito à vida da escola
7	A minha escola é divertida
8	A escola é exigente
9	Mesmo que pudesse não mudava de escola

Pessoal não docente

1	Os colegas de trabalho ajudam-se uns aos outros
2	Quando desempenho uma tarefa, sinto-me protegido pelo meu superior hierárquico
3	A organização do trabalho depende também das minhas sugestões
4	Os professores e os alunos da escola respeitam o meu trabalho
5	Quando não concordo, não tenho problema em fazer sugestões
6	Os alunos da escola respeitam o meu trabalho
7	Gostava de fazer outras coisas na escola
8	Acho que estou a trabalhar no lugar certo

Pais e encarregados de educação

1	A escola do meu educando inspira-me confiança
2	É fácil contactar com o DT ou o CE da escola do meu educando
3	Os professores são exigentes
4	Os serviços de apoio (cantina, bar) e o pessoal não docente satisfazem as necessidades do meu educando
5	De facto, o meu educando aprende nesta escola
6	A escola envia-me toda a informação sobre as suas actividades
7	As reuniões da escola são úteis
8	O meu educando está em segurança
9	Mesmo que pudesse, não mudaria o meu educando para outra escola

2. NÍVEL DE QUALIDADE E BEM-ESTAR

- 3 – sempre;
2 – bastantes vezes;
1 – nunca.

Docentes/Alunos/Não docentes

1	A escola vista de fora tem um aspecto cuidado
2	Os espaços em volta do edifício são bonitos, bem tratados
3	Quando se entra na escola “cheira” a limpeza
4	Há muita gente, mas a escola é sossegada
5	As salas de aula são acolhedoras e com graça
6	As salas são claras e bem iluminadas
7	Mesas e cadeiras são confortáveis
8	Todo o equipamento está bem conservado
9	Material que se estraga, material que se arranja
10	A nossa sala de convívio é um lugar confortável
11	Os recreios são amplos e agradáveis
12	A escola é nossa e serve os outros também

3. PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO

- 3 – sempre;
2 – bastantes vezes;
1 – nunca.

Docentes

A	Distribuição do serviço docente
B	Seleção e definição dos objectivos de orientação curricular da escola
C	Avaliação das aprendizagens: processos, instrumentos e resultados dos alunos
D	Gestão dos programas curriculares
E	Metodologias de ensino
F	Seleção de manuais escolares
G	Planificação e organização de visitas de estudo
H	Planificação e organização de festas e actividades culturais
I	Projecto educativo da escola

J	Plano anual da escola
L	Critérios de formação de turmas
M	Calendarização das reuniões
N	Organização do regulamento interno
O	Gestão dos espaços físicos
P	Projecto de orçamento da escola
Q	Elaboração e gestão do orçamento do grupo
R	Aquisição de recursos materiais/equipamentos
S	Questões de ordem disciplinar
T	Organização de acções de formação

Alunos

A	Organização do regulamento interno
B	Organização de actividades de tempos livres
C	Questões de ordem disciplinar
D	Elaboração do projecto educativo
E	Elaboração do plano anual da escola
F	Objectivos a atingir ao longo do ano
G	Programação e organização das visitas de estudo
H	Programação e organização de actividades culturais
I	Horários de funcionamento dos serviços da escola (papellaria, secretaria...)

Não docentes

A	Distribuição de serviço
B	Organização das escalas de serviço
G	Eleição dos seus representantes no Conselho Executivo
H	Segurança das instalações
I	Distribuição dos espaços físicos (sala de funcionários, gabinete do chefe dos serviços ...)
J	Elaboração de um plano de actividades de formação
L	Elaboração do orçamento (nas rubricas que lhes podem dizer respeito, tais como aquisição de fardamento, artigos de limpeza, etc....)
M	Classificação de serviço

Pais e encarregados de educação

A	O regulamento interno da escola
B	O projecto educativo da escola
C	O plano de actividades culturais e desportivas
D	As questões disciplinares e de comportamento dos alunos em geral
E	As questões disciplinares e de comportamento do seu educando
F	As questões relativas ao aproveitamento escolar dos alunos em geral
G	As questões relativas ao aproveitamento escolar do seu educando
H	Criação e organização da Associação de Pais
I	As questões de segurança da escola
J	Organização do calendário escolar

5. COOPERAÇÃO ENTRE PROFESSORES

3 – sempre;

2 – bastantes vezes;

1 – nunca.

1	Apoio a colegas menos experientes
2	Preparação de aulas sobre novas matérias
3	Discussão de problemas de integração
4	Preparação de reuniões de pais
5	Construção de materiais de ensino
6	Elaboração de fichas de avaliação
7	Organização de actividades culturais
8	Preparação de reuniões com entidades exteriores à escola
9	Organização de apoios e complementos educativos
10	Colaboração com profs. de outros ciclos de escolaridade
11	Discussão do aproveitamento dos alunos
12	Discussão de questões disciplinares e de comportamentos dos alunos
13	Discussão de estratégias a adoptar para alunos com problemas
14	Realização de experiências pedagógicas
15	Discussão de problemas da condição docente
16	Formulação de objectivos pedagógicos para a sua disciplina
17	Definição de objectivos pedagógicos para a turma
18	Planificação de várias unidades programáticas
19	Organização de projectos e iniciativas
20	Análise dos aspectos positivos e negativos do funcionamento da escola